

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	19
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	27

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	558.699
Preferenciais	0
Total	558.699
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.233
Preferenciais	0
Total	2.233

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	23/03/2017	Dividendo	13/04/2017	Ordinária		0,18871

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.694.114	1.498.527
1.01	Ativo Circulante	145.827	109.784
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	63.708	3.096
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.936	33.337
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.936	33.337
1.01.07	Despesas Antecipadas	181	25
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	54.002	73.326
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	12.361	0
1.01.08.03	Outros	41.641	73.326
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a receber	185	34.397
1.01.08.03.03	Outros Créditos	1.084	124
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	40.372	38.805
1.02	Ativo Não Circulante	1.548.287	1.388.743
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.213	2.148
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.213	2.148
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	2.213	2.148
1.02.02	Investimentos	1.542.616	1.382.807
1.02.02.01	Participações Societárias	1.542.616	1.382.807
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.151.541	983.056
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	391.075	399.751
1.02.03	Imobilizado	3.088	3.332
1.02.04	Intangível	370	456

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.694.114	1.498.527
2.01	Passivo Circulante	135.599	106.873
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.097	10.873
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.097	10.873
2.01.02	Fornecedores	1.596	1.784
2.01.03	Obrigações Fiscais	687	3.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	687	3.000
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	687	3.000
2.01.05	Outras Obrigações	124.219	84.502
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	122.134	82.440
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	20.500	19.594
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	101.634	62.846
2.01.05.02	Outros	2.085	2.062
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5	0
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	2.080	2.062
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	6.714
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	6.714
2.02	Passivo Não Circulante	988.531	891.690
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	80.592	0
2.02.01.02	Debêntures	80.592	0
2.02.02	Outras Obrigações	907.939	891.690
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	907.473	891.354
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	907.473	891.354
2.02.02.02	Outros	466	336
2.03	Patrimônio Líquido	569.984	499.964
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	27.082	26.259
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.108	50.285
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	5.441	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	7.791	112.805
2.03.04.01	Reserva Legal	7.791	7.791
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	105.014
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	174.211	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	105.674	232.764	-472.957	-376.759
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.842	-12.072	-7.990	-15.186
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	149	292	139	272
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.338	-8.676	-307.683	-314.304
3.04.05.01	Amortização de ágio de investimentos	-4.338	-8.676	-6.686	-13.307
3.04.05.02	Impairment Investimento Ecoporto	0	0	-300.997	-300.997
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	112.705	253.220	-157.423	-47.541
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	112.705	253.220	-157.749	-48.192
3.04.06.02	Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	0	0	326	651
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	105.674	232.764	-472.957	-376.759
3.06	Resultado Financeiro	-25.575	-54.644	-27.165	-54.674
3.06.01	Receitas Financeiras	3.062	5.434	5.106	8.533
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.637	-60.078	-32.271	-63.207
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	80.099	178.120	-500.122	-431.433
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	306	295
3.08.02	Diferido	0	0	306	295
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	80.099	178.120	-499.816	-431.138
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-3.678	-3.909	0	-689.301
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	0	-689.301
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	76.421	174.211	-499.816	-1.120.439
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,13734	0,31307	-0,89820	-2,01349
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,13563	0,30918	-0,88932	-1,98786

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	76.421	174.211	-499.816	-1.120.439
4.03	Resultado Abrangente do Período	76.421	174.211	-499.816	-1.120.439

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-75.419	-21.885
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-75.978	-23.325
6.01.01.01	Lucro Líquido das operações continuadas	178.120	-431.138
6.01.01.02	Resultado das operações descontinuadas	-28.699	-15.000
6.01.01.03	Depreciação e amortização	333	343
6.01.01.04	Plano de opções com base em ações	516	1.024
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	-253.220	47.541
6.01.01.06	Amortização de ágio em investimentos	8.676	13.307
6.01.01.07	Perda/Baixa imobilizado e intangível	0	2
6.01.01.08	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	618	45.060
6.01.01.10	Tributos diferidos	0	-295
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-65	-110
6.01.01.12	Juros de mútuos ativos	-2.318	-2.072
6.01.01.13	Juros de mútuos passivos	20.061	17.016
6.01.01.14	Investimentos em controladas - Impairment	0	300.997
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	559	1.440
6.01.02.01	Tributos a recuperar	5.401	2.461
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-156	-131
6.01.02.03	Pagamento de depositos judiciais	0	-55
6.01.02.05	Outros creditos	-960	-2.835
6.01.02.06	Fornecedores	-188	-331
6.01.02.07	Obrigacoes sociais e trabalhistas	-1.776	2.243
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuicoes a recolher	-2.313	-267
6.01.02.10	Outras contas a pagar	148	360
6.01.02.12	Partes relacionadas	403	-5
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	125.314	34.914
6.02.01	Dividendos recebidos	337.271	231.805
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-3	0
6.02.03	Partes relacionadas - mútuo	348	311
6.02.04	Investimento em Controladas - aporte de capital	-212.302	-197.202
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	10.717	-47.424
6.03.01	Captação de debêntures	79.974	0
6.03.02	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-105.009	0
6.03.03	Juros pagos	0	-44.871
6.03.04	Partes relacionadas - Cessão de dívida	38.788	0
6.03.05	Partes relacionadas - Mutuo	-3.036	-2.553
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	60.612	-34.395
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.096	62.873
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	63.708	28.478

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	823	-105.014	0	0	-104.191
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	823	0	0	0	823
5.04.06	Dividendos	0	0	-105.014	0	0	-105.014
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	174.211	0	174.211
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	174.211	0	174.211
5.07	Saldos Finais	360.900	27.082	7.791	174.211	0	569.984

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	23.491	238.435	0	0	1.582.475
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	23.491	238.435	0	0	1.582.475
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.684	-77.644	0	0	-75.960
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.684	0	0	0	1.684
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.644	0	0	-77.644
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.120.439	0	-1.120.439
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.120.439	0	-1.120.439
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-160.791	160.791	0	0
5.06.04	Absorção do prejuízo acumulado	0	0	-160.791	160.791	0	0
5.07	Saldos Finais	1.320.549	25.175	0	-959.648	0	386.076

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.182	-305.625
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.182	-4.628
7.02.04	Outros	0	-300.997
7.02.04.01	Impairment Investimento Ecoporto	0	-300.997
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.182	-305.625
7.04	Retenções	-9.010	-13.650
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-333	-343
7.04.02	Outras	-8.677	-13.307
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-8.677	-13.307
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-12.192	-319.275
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	258.946	-728.309
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	253.220	-47.541
7.06.02	Receitas Financeiras	5.434	8.533
7.06.03	Outros	292	-689.301
7.06.03.01	Resultado de operações descontinuadas	0	-689.301
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	246.754	-1.047.584
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	246.754	-1.047.584
7.08.01	Pessoal	8.049	9.272
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.054	8.345
7.08.01.02	Benefícios	294	536
7.08.01.03	F.G.T.S.	701	391
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	42	-295
7.08.02.01	Federais	0	-295
7.08.02.03	Municipais	42	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.543	63.878
7.08.03.01	Juros	618	44.504
7.08.03.02	Aluguéis	465	671
7.08.03.03	Outras	59.460	18.703
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	178.120	-1.120.439
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	178.120	-1.120.439

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	6.657.142	6.603.407
1.01	Ativo Circulante	1.136.766	1.150.717
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	605.158	589.504
1.01.02	Aplicações Financeiras	63.147	61.748
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	63.147	61.748
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	63.147	61.748
1.01.03	Contas a Receber	137.745	154.790
1.01.03.01	Clientes	137.745	154.790
1.01.03.01.01	Clientes	137.745	154.790
1.01.06	Tributos a Recuperar	65.456	60.882
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	65.456	60.882
1.01.07	Despesas Antecipadas	15.232	18.194
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	250.028	265.599
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	233.805	253.248
1.01.08.03	Outros	16.223	12.351
1.01.08.03.02	Outros créditos	16.223	12.351
1.02	Ativo Não Circulante	5.520.376	5.452.690
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	575.083	558.630
1.02.01.06	Tributos Diferidos	364.613	368.784
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	364.613	368.784
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	13.839	140
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	196.631	189.706
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	179.421	174.013
1.02.01.09.05	Outros créditos	8.148	8.322
1.02.01.09.06	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	9.062	7.371
1.02.02	Investimentos	1.048	1.017
1.02.02.01	Participações Societárias	1.048	1.017
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.048	1.017
1.02.03	Imobilizado	579.735	616.763
1.02.04	Intangível	4.364.510	4.276.280

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	6.657.142	6.603.407
2.01	Passivo Circulante	1.607.086	1.656.701
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	56.621	59.143
2.01.01.01	Obrigações Sociais	56.621	59.143
2.01.02	Fornecedores	59.598	76.626
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	59.598	76.626
2.01.03	Obrigações Fiscais	36.266	35.916
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	36.266	35.916
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	35.566	35.244
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	700	672
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.035.254	1.019.936
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	212.755	339.302
2.01.04.02	Debêntures	822.418	680.535
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	81	99
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	81	99
2.01.05	Outras Obrigações	59.761	43.333
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.634	6.747
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	23.634	6.747
2.01.05.02	Outros	36.127	36.586
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5	0
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	22.271	25.014
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	13.851	11.572
2.01.06	Provisões	138.142	158.171
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	36.210	32.516
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	36.210	32.516
2.01.06.02	Outras Provisões	101.932	125.655
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	58.048	87.531
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	43.884	38.124
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	221.444	263.576
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	221.444	263.576
2.02	Passivo Não Circulante	4.401.435	4.374.159
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.916.049	3.910.324
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	385.141	484.203
2.02.01.02	Debêntures	3.530.908	3.426.093
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	28
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	0	28
2.02.02	Outras Obrigações	42.899	47.022
2.02.02.02	Outros	42.899	47.022
2.02.02.02.06	Obrigações com Poder Concedente	0	7.427
2.02.02.02.07	Outras Contas a pagar	42.899	39.595
2.02.03	Tributos Diferidos	19.664	20.136
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.664	20.136
2.02.04	Provisões	422.823	396.677
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	182.789	182.368
2.02.04.01.05	Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	182.789	182.368

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.02	Outras Provisões	240.034	214.309
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	218.445	180.541
2.02.04.02.06	Provisão para construção de obras	21.589	33.768
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	648.621	572.547
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	27.082	26.259
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.108	50.285
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	5.441	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	7.791	112.805
2.03.04.01	Reserva Legal	7.791	7.791
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	105.014
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	174.211	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	78.637	72.583

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	773.747	1.523.532	664.649	1.328.108
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-406.569	-746.956	-340.707	-640.713
3.03	Resultado Bruto	367.178	776.576	323.942	687.395
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-80.733	-169.884	-383.627	-451.841
3.04.01	Despesas com Vendas	-31.929	-68.760	-29.445	-51.571
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-48.775	-101.489	-53.582	-101.046
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	334	334	381	1.762
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-394	0	-300.997	-300.997
3.04.05.01	Impairment Investimento Ecoporto	0	0	-300.997	-300.997
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	31	31	16	11
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	286.445	606.692	-59.685	235.554
3.06	Resultado Financeiro	-119.840	-248.547	-145.284	-301.727
3.06.01	Receitas Financeiras	18.437	50.064	58.683	111.281
3.06.02	Despesas Financeiras	-138.277	-298.611	-203.967	-413.008
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	166.605	358.145	-204.969	-66.173
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-82.228	-172.297	-292.218	-356.325
3.08.01	Corrente	-78.899	-168.598	-58.944	-130.478
3.08.02	Diferido	-3.329	-3.699	-233.274	-225.847
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	84.377	185.848	-497.187	-422.498
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-3.678	-3.909	0	-689.301
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-3.678	-3.909	0	-689.301
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	80.699	181.939	-497.187	-1.111.799
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	76.421	174.211	-499.816	-1.120.439
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.278	7.728	2.629	8.640
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,13734	0,31307	-0,89820	-2,01349
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.99.02.01	ON	0,13563	0,30918	-0,88932	-1,98786

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	80.699	181.939	-497.187	-1.111.799
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	80.699	181.939	-497.187	-1.111.799
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	76.421	174.211	-499.816	-1.120.439
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.278	7.728	2.629	8.640

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	646.197	598.817
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	877.285	790.401
6.01.01.01	Lucro Líquido das operações continuadas	185.848	-422.498
6.01.01.02	Lucro/Prejuízo das operações descontinuadas	-32.312	-39.198
6.01.01.03	Depreciação e amortização	204.859	174.979
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.715	660
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arr.mercan	266.044	324.565
6.01.01.06	Variação monetária com Poder Concedente	-1.488	3.670
6.01.01.07	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-2.373	9.436
6.01.01.08	Atualização monetária s/ provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	6.797	8.823
6.01.01.09	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-3.956	-3.354
6.01.01.10	Reserva de Capital - Premio de Opções	838	1.684
6.01.01.11	Resultado de Equivalência Patrimonial	-31	-11
6.01.01.12	Tributos Diferidos	3.699	225.847
6.01.01.13	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	375	-1.291
6.01.01.14	Capitalização de juros	-7.670	-1.176
6.01.01.15	Provisão para manutenção e construção de obras	43.153	42.386
6.01.01.16	Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	17.385	15.068
6.01.01.17	Investimento em controladas - Impairment	0	300.997
6.01.01.18	Atualização monetária e levantamento dos depósitos judiciais	-860	-6.700
6.01.01.19	Obrigações com Poder Concedente	26.664	26.036
6.01.01.20	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	168.598	130.478
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-231.088	-191.584
6.01.02.01	Clientes	16.670	9.282
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-4.574	-8.814
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-10.737	-12.005
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-4.548	-2.948
6.01.02.05	Outros créditos	-3.698	2.949
6.01.02.06	Fornecedores	-17.028	7.021
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-2.522	-4.291
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	322	-3.572
6.01.02.09	Partes relacionadas	16.887	-3.859
6.01.02.10	Outras contas a pagar e Adiantamento de Clientes	5.583	-2.943
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-164.904	-121.532
6.01.02.12	Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-4.003	-4.656
6.01.02.13	Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras	-58.536	-46.216
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-246.081	-189.476
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-244.392	-188.525
6.02.02	Aportes de capital - acionistas não controladores	7.560	0
6.02.05	Pagamento de dividendos minoritários	-9.249	-976
6.02.07	Efeito de participação de acionistas não controladores	0	25

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-384.462	-443.107
6.03.01	Pagamento Poder Concedente	-35.346	-34.788
6.03.02	Títulos e valores mobiliários	866	-2.396
6.03.03	Captação de arrend mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	419.491	253.241
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	-345.593	-376.864
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-105.009	0
6.03.09	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	28	-282
6.03.10	Juros Pagos	-318.899	-282.018
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.654	-33.766
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	589.504	772.903
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	605.158	739.137

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964	72.583	572.547
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964	72.583	572.547
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	823	-105.014	0	0	-104.191	-1.674	-105.865
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	7.560	7.560
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	823	0	0	0	823	15	838
5.04.06	Dividendos	0	0	-105.014	0	0	-105.014	-9.249	-114.263
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	174.211	0	174.211	7.728	181.939
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	174.211	0	174.211	7.728	181.939
5.07	Saldos Finais	360.900	27.082	7.791	174.211	0	569.984	78.637	648.621

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	23.491	238.435	0	0	1.582.475	55.979	1.638.454
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	23.491	238.435	0	0	1.582.475	55.979	1.638.454
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.684	-77.644	0	0	-75.960	-951	-76.911
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.684	0	0	0	1.684	25	1.709
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.644	0	0	-77.644	-976	-78.620
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.120.439	0	-1.120.439	8.640	-1.111.799
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.120.439	0	-1.120.439	8.640	-1.111.799
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-160.791	160.791	0	0	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízo acumulado	0	0	-160.791	160.791	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.320.549	25.175	0	-959.648	0	386.076	63.668	449.744

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	1.661.859	1.456.345
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.240.466	1.255.429
7.01.02	Outras Receitas	186.605	40.480
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	234.788	160.436
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-533.727	-740.788
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-499.698	-350.385
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.029	-89.406
7.02.04	Outros	0	-300.997
7.02.04.01	Impairment Investimento Ecoporto	0	-300.997
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.128.132	715.557
7.04	Retenções	-204.859	-174.979
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-204.859	-174.979
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	923.273	540.578
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.429	-578.009
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	31	11
7.06.02	Receitas Financeiras	50.064	111.281
7.06.03	Outros	334	-689.301
7.06.03.01	Resulado de operações descontinuadas	0	-689.301
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	973.702	-37.431
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	973.702	-37.431
7.08.01	Pessoal	162.129	164.262
7.08.01.01	Remuneração Direta	127.910	127.210
7.08.01.02	Benefícios	25.625	27.587
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.594	9.465
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	310.624	484.557
7.08.02.01	Federais	241.027	420.845
7.08.02.02	Estaduais	0	177
7.08.02.03	Municipais	69.597	63.535
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	315.101	425.549
7.08.03.01	Juros	211.653	234.525
7.08.03.02	Aluguéis	16.490	12.541
7.08.03.03	Outras	86.958	178.483
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	185.848	-1.111.799
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	178.120	-1.120.439
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	7.728	8.640

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Receita Bruta Consolidada por Segmento

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Concessões Rodoviárias	625,1	558,2	12,0%	1.282,6	1.155,8	11,0%
Receita de Construção	147,7	95,8	54,1%	234,8	160,4	46,3%
Ecoporto Santos	65,6	71,4	-8,2%	139,2	135,9	2,4%
Serviços	49,1	50,9	-3,5%	98,1	102,9	-4,7%
Eliminações	(46,4)	(49,0)	-5,3%	(92,9)	(98,7)	-5,9%
RECEITA BRUTA	841,0	727,4	15,6%	1.661,9	1.456,3	14,1%
(-) Receita de Construção	(147,7)	(95,8)	54,1%	(234,8)	(160,4)	46,3%
RECEITA BRUTA PRÓ-FORMA	693,4	631,6	9,8%	1.427,1	1.295,9	10,1%

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Natureza

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Pessoal	82,2	82,7	-0,6%	162,1	164,3	-1,3%
Conservação e Manutenção	19,9	21,9	-9,3%	39,2	41,2	-4,8%
Serviços de Terceiros	41,0	36,9	11,0%	85,0	70,3	20,9%
Seguros, Poder Concedente e Locações	25,5	24,1	5,8%	51,7	48,4	6,9%
Outros	13,6	20,2	-32,7%	27,6	39,9	-30,7%
CUSTOS CAIXA	182,1	185,8	-2,0%	365,6	364,0	0,5%
Custo de Construção de Obras	147,7	95,8	54,1%	234,8	160,4	46,3%
Provisão para Manutenção	22,5	25,1	-10,3%	43,2	42,4	1,8%
Depreciação / Amortização	103,0	87,5	17,7%	204,9	175,0	17,1%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS	455,3	394,3	15,5%	848,4	741,8	14,4%

Os custos operacionais e despesas administrativas, excluindo os custos dos ativos mantidos para venda (Elog), totalizaram R\$455,3 milhões no 2T17 (+15,5%) e R\$848,4 milhões no 1S17 (+14,4%), devido principalmente ao incremento de custos de construção em função de obras na Ecopistas, Ecoponte e ECO101 e a depreciação e amortização em função da maior base de ativos. **Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$182,1 milhões no 2T17 (-2,0%) e R\$365,6 milhões no 1S17 (+0,5%). Excluindo os custos não recorrentes com consultoria para estudos de novos leilões de concessões rodoviárias do estado de São Paulo e consultoria para otimização de Opex e Capex, os custos caixa totalizaram R\$177,0 milhões no 2T17, redução de 4,7% (-R\$8,8 milhões) e R\$351,8 milhões no 1S17, redução de 3,4% (-R\$12,2 milhões), mesmo com inflação de 3,0% no período.**

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Concessões Rodoviárias	156,0	153,8	1,4%	310,5	310,7	-0,1%
Ecoporto Santos	31,8	45,4	-30,0%	61,8	83,9	-26,3%
Serviços e Holding	41,0	35,5	15,5%	86,5	67,6	28,0%
Eliminações	(46,7)	(48,9)	-4,5%	(93,2)	(98,2)	-5,1%
CUSTOS CAIXA	182,1	185,8	-2,0%	365,6	364,0	0,5%
Custo de Construção de Obras	147,7	95,8	54,1%	234,8	160,4	46,3%
Provisão para Manutenção	22,5	25,1	-10,3%	43,2	42,4	1,8%
Depreciação / Amortização	103,0	87,5	17,7%	204,9	175,0	17,1%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS	455,3	394,3	15,5%	848,4	741,8	14,4%

Os destaques dos custos caixa do trimestre foram a redução de R\$13,6 milhões no Ecoporto, aumento de R\$2,2 milhões nas concessões rodoviárias; e o aumento de R\$5,5 milhões no segmento Holding e Serviços

devido aos custos não recorrentes com estudos dos novos leilões de concessões rodoviárias do estado de São Paulo e consultoria para redução de *Opex* e *Capex*.

Despesas com vendas - Ecoporto

A partir do 1T17, a Companhia passou a demonstrar separadamente a conta despesas com vendas do Ecoporto, que anteriormente era incorporada na rubrica serviços de terceiros. No 2T17 as despesas com vendas atingiram R\$31,9 milhões (+8,4%) e R\$68,8 milhões no 1S17 (+33,3%) em função do pagamento de maiores comissões para retenção de clientes dada concorrência acirrada no Porto de Santos.

EBITDA Pró-forma por Segmento

EBITDA (em milhões de R\$)	2T17	Margem	2T16	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias ¹	415,1	72,6%	356,4	69,9%	16,5%
Ecoporto Santos	(6,0)	-10,5%	(12,1)	-19,5%	-50,4%
Serviços e Holding	2,9	6,7%	9,5	38,8%	-69,5%
<i>Impairment</i> Ecoporto Santos (Não caixa)	-	-	(301,0)	-	n.m.
EBITDA PRÓ-FORMA¹	412,0	65,8%	52,8	9,3%	n.m.
(+) <i>Impairment</i> Ecoporto Santos (Não caixa)	-	-	301,0	-	n.m.
EBITDA PRÓ-FORMA COMPARÁVEL	412,0	65,8%	353,9	62,2%	16,4%
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA²	626,1		568,8		10,1%

¹ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

² Exclui receita de construção

O EBITDA pró-forma comparável, excluindo os ativos mantidos para venda (Elog), **creceu 16,4%** totalizando R\$412,0 milhões no 2T17 e a margem EBITDA foi de 65,8%, crescimento de 3,6p.p. quando comparado com o 2T16, devido, principalmente, à melhora do resultado das Concessões Rodoviárias que teve incremento de R\$58,7 milhões (+16,5%). Por outro lado, o EBITDA foi impactado negativamente pelo menor resultado nas empresas de Serviços e Holding e pelo resultado negativo do Ecoporto.

EBITDA (em milhões de R\$)	1S17	Margem	1S16	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias ¹	861,6	73,5%	745,6	70,6%	15,6%
Ecoporto Santos	(7,8)	-6,3%	(14,9)	-12,5%	-47,8%
Serviços e Holding	0,9	1,0%	23,2	42,2%	-96,1%
<i>Impairment</i> Ecoporto Santos (Não caixa)	-	-	(301,0)	-	n.m.
EBITDA PRÓ-FORMA¹	854,7	66,3%	452,9	38,8%	88,7%
(+) <i>Impairment</i> Ecoporto Santos (Não caixa)	-	-	301,0	-	n.m.
EBITDA PRÓ-FORMA COMPARÁVEL	854,7	66,3%	753,9	64,6%	13,4%
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA²	1.288,7		1.167,7		10,4%

¹ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

² Exclui receita de construção

No 1S17 o EBITDA pró-forma comparável **creceu 13,4%**, totalizando R\$854,7 milhões com margem EBITDA de 66,3%, crescimento de 1,7p.p.

Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Juros sobre Debêntures	(83,6)	(92,3)	-9,5%	(176,1)	(183,9)	-4,3%
Varição Monetária sobre Debêntures	(15,8)	(40,7)	-61,0%	(41,8)	(109,6)	-61,8%
Juros sobre Financiamentos	(15,5)	(24,1)	-35,5%	(35,6)	(50,6)	-29,7%
Varição Monetária sobre Direito de Outorga	0,5	(1,6)	-133,9%	1,5	(3,7)	-140,5%
Varição Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financ.	(6,8)	6,7	n.m.	(7,4)	24,8	-129,7%
Receitas de Aplicações Financeiras	16,4	27,9	-41,2%	38,8	54,8	-29,1%
Ajuste a Valor Presente	(8,7)	(7,5)	15,4%	(17,4)	(15,1)	15,4%
Outros Efeitos Financeiros	(6,4)	(13,8)	-53,2%	(10,6)	(18,5)	-42,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(119,8)	(145,3)	-17,5%	(248,5)	(301,7)	-17,6%

O resultado financeiro do 2T17, excluindo os resultados dos ativos mantidos para venda (Elog), apresentou queda de 17,5%, sendo as variações mais representativas destacadas abaixo:

- i. Juros sobre debêntures: redução de R\$8,7 milhões em função da redução da SELIC e decréscimo do *spread* das novas emissões;
- ii. Variação monetária sobre debêntures: redução de R\$24,9 milhões devido à queda do IPCA registrado no período;
- iii. Juros sobre financiamentos: redução de R\$8,6 milhões em função da queda da SELIC;
- iv. Variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos: aumento de R\$13,5 milhões devido principalmente à apreciação do Dólar em relação ao Real no 2T17(+4,4%);
- v. Receita de aplicações financeiras: redução de R\$11,5 milhões devido à menor disponibilidade de caixa no 2T17 e redução da SELIC.

O resultado financeiro do 1S17 apresentou redução de 17,6%.

A **despesa financeira caixa** no 2T17 totalizou R\$296,4 milhões e R\$318,9 milhões no 1S17.

Imposto de Renda e Contribuição Social

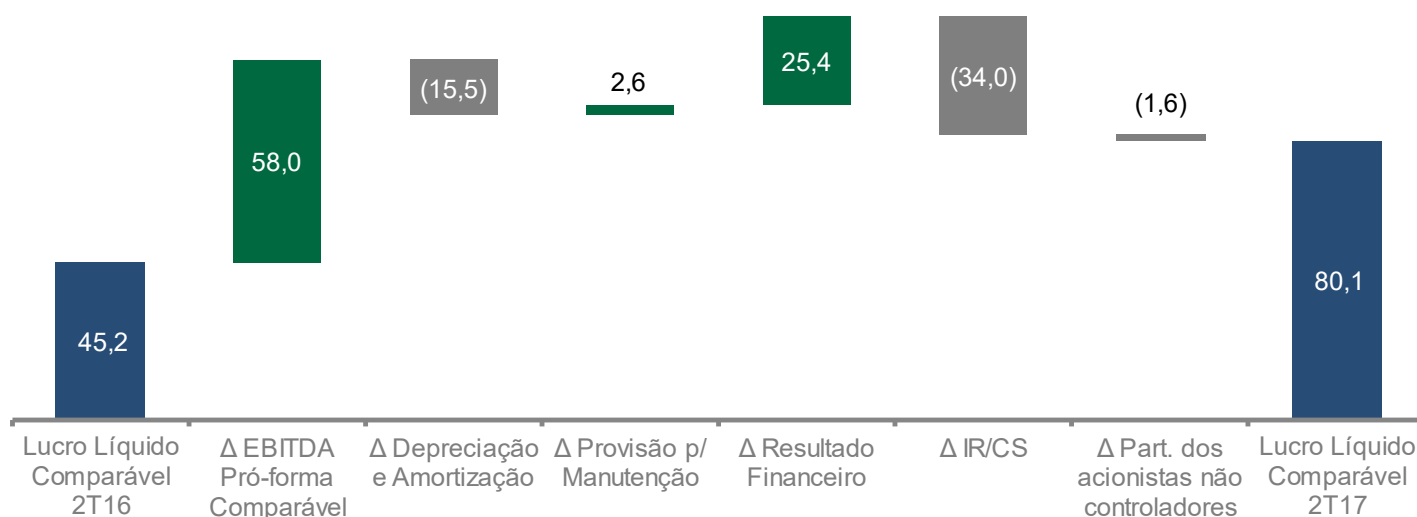
O total de imposto de renda e contribuição social, excluindo os ativos mantidos para venda (Elog), registrou R\$82,2 milhões no 2T17 e R\$172,3 milhões no 1S17. Para mais informações sobre a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, vide nota explicativa 13 disponível nas Demonstrações Financeiras.

Lucro Líquido Comparável

LUCRO LÍQUIDO (em milhões de R\$)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
LUCRO LÍQUIDO COMPARÁVEL¹	80,1	45,2	77,2%	178,1	113,9	56,4%

¹ Exclui item não recorrente: efeitos da baixa e dos resultados dos ativos mantidos para venda (Elog) e *Impairment* do Ecoporto

Evolução do Lucro Líquido Comparável por Natureza (em milhões de R\$)



O lucro líquido comparável foi de R\$80,1 milhões (+77,2%) no 2T17, impactado positivamente pelo aumento no EBITDA pró-forma comparável (R\$58,0 milhões) e pela menor despesa financeira (R\$25,4 milhões).

No 1S17 o lucro líquido comparável foi de R\$178,1 milhões (+56,4%).

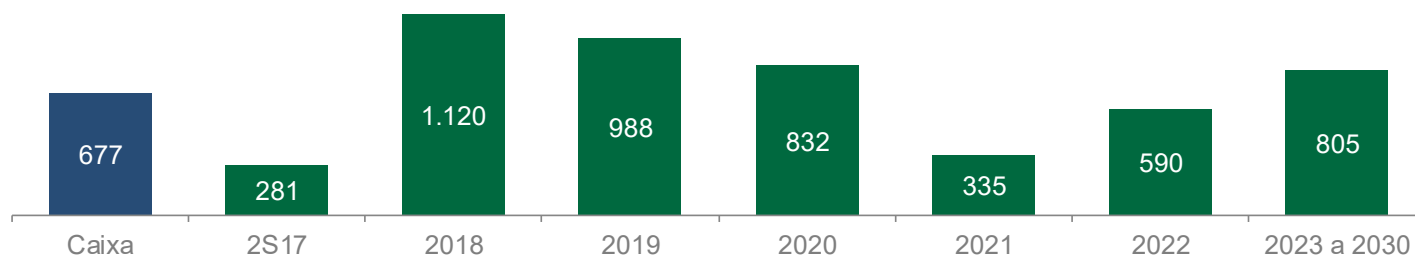
Disponibilidade Financeira e Endividamento

A dívida bruta, excluindo os ativos mantidos para venda (Elog), da EcoRodovias atingiu R\$4.951,3 milhões em junho de 2017, redução de 2,4% em relação a março de 2017. Contribuíram para essa redução, o pagamento de principal das debêntures do Ecoporto.

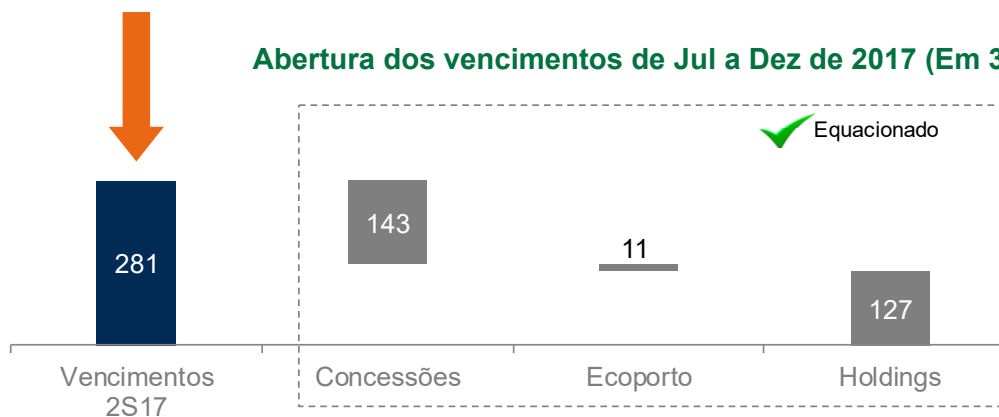
A dívida bruta, em 30/06/2017, excluindo os ativos mantidos para venda (Elog), era composta por 79% de vencimentos no longo prazo e 21% no curto prazo.

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	30/06/2017	31/03/2017	Var.
Curto Prazo	1.035,3	1.330,2	-22,2%
Longo Prazo	3.916,0	3.743,0	4,6%
Dívida Bruta Total	4.951,3	5.073,2	-2,4%
(-) Caixa e equivalentes	677,4	871,4	-22,3%
Dívida Líquida	4.273,9	4.201,8	1,7%
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA PRÓ-FORMA COMPARÁVEL udm	2,6x	2,7x	-0,1x

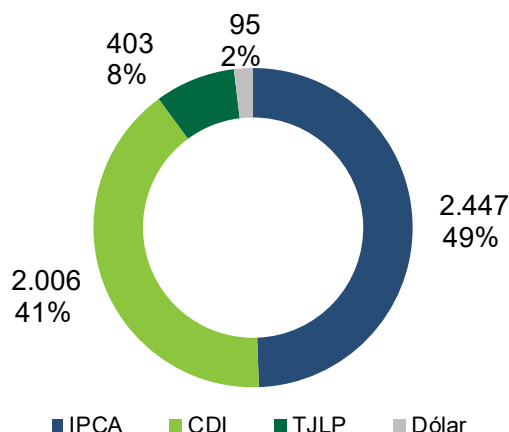
Cronograma de amortização da dívida bruta, excluindo os ativos mantidos para venda (Elog) (em milhões de R\$) em 30/06/2017:



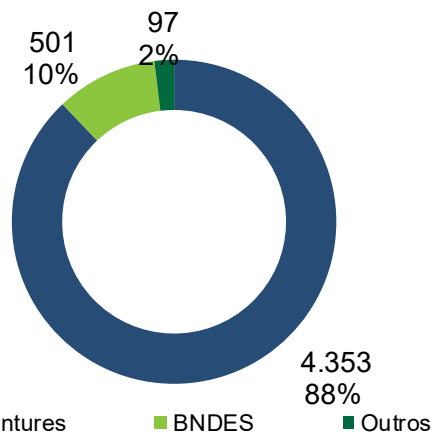
Abertura dos vencimentos de Jul a Dez de 2017 (Em 30/06/2017)



Dívida Bruta – 30/06/2017 por indexador (em milhões de R\$ e %)



Dívida Bruta – 30/06/2017 por instrumento (em milhões de R\$ e %)



Capex Consolidado por Segmento:

CAPEX (em milhões de R\$)	2T17			1S17		
	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	TOTAL	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	TOTAL
Concessões Rodoviárias	158,6	32,7	191,3	248,3	58,5	306,8
Ecovias dos Imigrantes	16,8	8,0	24,8	22,5	12,2	34,7
Ecopistas	53,9	1,3	55,2	78,7	2,1	80,8
Ecovia Caminho do Mar	5,9	(0,2)	5,7	8,4	0,7	9,1
Ecocataratas	5,4	19,7	25,1	16,6	29,2	45,8
Ecosul (100%)	18,5	2,5	21,0	28,7	5,3	34,0
ECO101 (100%)	27,2	-	27,2	46,4	-	46,4
Ecoponte	30,9	1,4	32,3	47,0	9,0	56,0
Ecoporto Santos	0,9	-	0,9	1,1	-	1,1
Outros¹	1,8	-	1,8	2,7	-	2,7
CAPEX	161,3	32,7	194,0	252,1	58,5	310,6

¹ Considera Serviços e Holding

Os principais investimentos nas concessões rodoviárias foram em pavimentação e conservação especial. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões rodoviárias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

O Capex realizado no 2T17, proporcional à participação da EcoRodovias foi de R\$180,5 milhões e de R\$287,7 milhões no 1S17.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”. A Companhia tem por objeto operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e, assim como exploração outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui sete concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Elog) e um ativo portuário (Ecoporto) em seis estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 11.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 27 de julho de 2017.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016”), publicadas no dia 21 de fevereiro de 2017 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, não há impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

Notas Explicativas

4. Reclassificação

As despesas com comissões referente as vendas de serviços de armazenagem nas investidas diretas Ecoporto Santos e Termares, foram segregadas e reclassificadas da rubrica “despesas gerais e administrativas” para “despesas com vendas” nas demonstrações de resultado consolidado do período comparativo findo em 30 de junho de 2016 pelo montante de R\$51.571. Tal reclassificação tem por objetivo permitir comparabilidade e melhor apresentação dos saldos contábeis.

5. Operações descontinuadas

a) Venda da participação

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 04 de julho de 2016, a Companhia celebrou no dia 02 de julho de 2016, através de sua controlada Elog S.A., Contrato de Compra e Venda de Quotas, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog Logística Sul Ltda, Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda e Maringá Armazéns Gerais Ltda (em conjunto, “Unidades Elog Sul”) para a Multilog S.A.. A conclusão da alienação estava sujeita a verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a comunicação e/ou aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor – CADE, a qual foi aprovada sem restrições em 29 de julho de 2016. A conclusão da operação se deu em 06 de outubro de 2016, com a efetiva transferência de quotas e a liquidação financeira pelo valor R\$115.000. Em 01 de fevereiro de 2017, conforme previam as cláusulas do Contrato de compra e venda, houve o “ajuste do preço” com o pagamento de R\$1.172 a favor da Companhia, totalizando a venda por R\$116.172.

O valor da perda na venda do investimento no montante de R\$12.080 encontra-se registrado na rubrica “Resultado líquido dos ativos e passivos mantidos para venda” na demonstração do resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A alienação das Unidades Elog Sul é consistente com a estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias.

Notas Explicativas

Os efeitos da venda destas participações estão demonstrados a seguir:

	<u>Elog Sul</u>	<u>Maringás</u>	<u>Ágios</u>	<u>Total</u>
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.470	1.619	-	5.089
Clientes	12.070	412	-	12.482
Partes relacionadas	120	161	-	281
Tributos a recuperar	531	14	-	545
Despesas antecipadas	74	-	-	74
Outros créditos	590	10	-	600
Total do ativo circulante	<u>16.855</u>	<u>2.216</u>	<u>-</u>	<u>19.071</u>
Não circulante				
Depósitos judiciais	9.803	1.095	-	10.898
Tributos diferidos	3.389	163	-	3.552
Outros créditos	963	-	-	963
Ágio registrado na controladora	-	-	88.282	88.282
Imobilizado e intangível	33.188	1.173	-	34.361
Total do ativo não circulante	<u>47.343</u>	<u>2.431</u>	<u>88.282</u>	<u>138.056</u>
Total do ativo	<u>64.198</u>	<u>4.647</u>	<u>88.282</u>	<u>157.127</u>
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	4.247	121	-	4.368
Impostos e contribuições a recolher	1.666	1.150	-	2.816
Obrigações sociais	2.564	33	-	2.597
Dividendos e JSCP a pagar	5.978	-	-	5.978
Partes relacionadas	1.602	81	-	1.683
Provisão para imposto de renda e contribuição social	588	-	-	588
Outras contas a pagar	940	299	-	1.239
Total do passivo circulante	<u>17.585</u>	<u>1.684</u>	<u>-</u>	<u>19.269</u>
Não circulante				
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	9.566	-	-	9.566
Outras contas a pagar	40	-	-	40
Total do passivo não circulante	<u>9.606</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.606</u>
Patrimônio líquido	<u>37.007</u>	<u>2.963</u>	<u>88.282</u>	<u>128.252</u>
Total passivo e patrimônio líquido	<u>64.198</u>	<u>4.647</u>	<u>88.282</u>	<u>157.127</u>
Valor total da venda	-	-	-	<u>116.172</u>
Perda na venda do investimento (Patrimônio líquido total – Valor da venda)	-	-	-	<u>(12.080)</u>

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes. O contrato prevê as seguintes limitações:

- (i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$10 por perda individual e limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do preço de aquisição apenas em algumas hipóteses. Em outras, o valor é limitado a 50% (cinquenta por cento) do preço de aquisição;
- (ii) O prazo de pagamento da indenização é de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação demandando a indenização;
- (iii) O limite temporal pode ser de 3 (três), 5 (cinco), 6 (seis) ou 10 (dez) anos, de acordo com as naturezas da respectiva perda.

Em 30 de junho de 2017 não foram identificados eventos que pudessem ensejar o pagamento de indenização aos compradores e, conseqüentemente valor de provisionamento.

Notas Explicativas

b) Ativos e passivos mantidos para venda

Com base na estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias, a Companhia também classificou como operação descontinuada seus investimentos no segmento logístico através das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda na expectativa que a alienação ocorra em até 12 meses após a classificação como ativos e passivos mantidos para venda.

Conforme previsto na Deliberação CVM 598/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, os ativos e passivos dessas unidades foram classificados para a rubrica de Ativos e Passivos de operações descontinuidas e suas informações não farão mais parte das informações consolidadas da Companhia.

Estes ativos e seus passivos associados devem estar mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de vendas.

Em 30 de junho de 2017, os ativos e passivos mantidos para venda compreendem:

Ativo	Combinado (*)		Passivo	Combinado (*)	
	30/06/2017	31/12/2016		30/06/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	10.051	15.647	Fornecedores	12.448	11.460
Clientes	35.984	33.100	Empréstimos e financiamentos	1.482	2.187
Partes relacionadas	12	2.774	Debêntures	156.207	183.788
Impostos a recuperar	1.842	1.693	Impostos e contribuições a recolher	3.277	2.902
Despesas antecipadas	3.028	496	Obrigações sociais e trabalhistas	8.048	6.502
Outros créditos	4.891	5.185	Partes relacionadas	132	458
Tributos diferidos	59.759	123.738	Outras contas a pagar	3.419	22.719
Depósitos judiciais	46.999	43.909	Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	36.431	33.560
Imobilizado	64.298	12.109	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Intangível	6.941	14.597			
Total do ativo mantido para venda	233.805	253.248	Total do passivo mantido para venda	221.444	263.576

(*) Os valores referem-se aos ativos e passivos combinados das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., já ajustados ao valor justo.

Após a classificação, foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável no valor total de R\$689.301 para que o valor contábil desses ativos fosse reduzido ao valor justo, líquido de despesas de venda. Esse valor foi reconhecido no resultado na linha “Prejuízo do período de operação descontinuada”. Uma avaliação foi realizada para determinar o valor justo, das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda, no qual se baseou em múltiplos de transações recentes envolvendo ativos semelhantes no mesmo segmento de mercado e na própria transação da Elog Sul com a Multilog S.A.. O resultado na avaliação a valor justo em decorrência da classificação como operação descontinuada está demonstrado abaixo:

Valor de venda (a)	160.000
Dívida líquida prevista (b)	(147.639)
Valor patrimonial dos ativos e passivos mantidos para venda (c)	12.361

- Valor estimado para alienação para as empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., totalizando R\$160.000.
- Refere-se ao valor da dívida líquida em 30 de junho de 2017, das controladas classificadas como operação descontinuada.
- Refere-se ao valor líquido entre os ativos e passivos mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de vendas.

Notas Explicativas

O resultado do período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016 relacionados às operações descontinuadas são abaixo representados:

Resultado das operações descontinuadas	3 meses findos em		6 meses findo em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receita líquida	51.899	74.240	102.448	150.235
Custo dos serviços prestados	(46.722)	(66.678)	(93.235)	(137.276)
Lucro Bruto	5.177	7.562	9.213	12.959
Despesas/Receitas operacionais e financeiras	(7.036)	(7.595)	(14.081)	(21.073)
Resultado financeiro	(4.336)	(12.519)	(9.984)	(24.625)
Resultado Operacional	(6.195)	(12.552)	(14.852)	(32.739)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(283)	6.868	(44)	14.863
Resultado das operações descontinuadas	(6.478)	(5.684)	(14.896)	(17.876)
Efeito da avaliação a valor justo dos ativos e passivos disponíveis para venda (*)	2.800	(683.617)	10.987	(671.425)
Resultado líquido das operações descontinuadas	(3.678)	(689.301)	(3.909)	(689.301)

(*) Demonstração do ajuste a valor justo das operações descontinuadas:

	30/06/2017	30/06/2016
Ajuste a valor justo de intangível e imobilizado	5.715	(572.502)
Ajuste a valor justo de Dividendos e JSCP	-	(12.336)
Aportes realizados (janeiro a junho)	-	(13.749)
Ajuste a valor justo (Preço venda x Dívida líquida)	(9.624)	-
Ajuste a valor justo de outros ativos e passivos	14.896	17.876
Efeito dos ativos e passivos a valor justos das operações descontinuadas	10.987	(580.711)
Valores previstos de aportes necessários para manutenção do capital circulante líquido	-	(90.714)
Ajuste a valor justo nas operações descontinuadas	10.987	(671.425)

Fluxo de caixa das operações descontinuadas

	30/06/2017	30/06/2016
Resultado do período	(14.896)	(17.876)
Itens que não afetam o caixa	22.945	32.710
Provenientes das mutações patrimoniais	(2.397)	(15.688)
Utilizado nas atividades de investimento	(1.025)	(2.228)
Utilizado nas atividades de financiamento	(36.939)	(36.116)
Operações descontinuadas líquido de caixa	(32.312)	(39.198)

6. Impairment de ativos - Consolidado

	30/06/2016		
	Valor contábil líquido	Valor recuperável líquido	Ajuste de Impairment líquido no resultado do exercício
Goodwill (Agio) segmento portuário (a)	666.668	365.671	300.997
Tributos diferidos segmento portuário (b)	450.699	206.689	244.010
Ativos e passivos mantidos para venda, líquido de caixa	1.117.367	572.360	545.007

Desde o início de 2015, evidenciou-se queda dos volumes de negócios no segmento portuário, decorrentes da retração da economia que impactam diretamente as atividades da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2015 a deterioração ainda não requeria ajuste. Em 2016, em função da continuada queda dos volumes e preços e da não confirmação de um novo armador e considerando as projeções para os próximos períodos, em 30 de junho de 2016 a Companhia reconheceu redução de R\$545.007 no valor de seus ativos não-financeiros.

(a) O valor em uso do goodwill foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração em relação ao seu negócio no Porto de Santos. A avaliação mantém-se sensível a eventuais alterações nas expectativas de longo prazo que poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido. A taxa de desconto aplicada na projeção de fluxos de caixa futuros representa o WACC (Custo médio ponderado de capital), do segmento Portuário da Companhia. A taxa nominal utilizada foi de 13,1% a.a. e a

Notas Explicativas

Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros.

- (b) Os créditos fiscais decorrentes de: a) prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social; e b) ágio por incorporação reversa, foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros do segmento portuário, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros foram preparados com base na revisão do plano de negócios da controlada. A revisão gerou uma baixa de R\$244.010 (vide rubrica Imposto diferido Nota Explicativa nº 14) (R\$40.191 prejuízo fiscal de 2016; R\$140.808 prejuízos fiscais anteriores a 2016 e R\$63.011 ágio por incorporação reversa). A Companhia irá manter fiscalmente os valores para futura utilização.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	21	13	35.033	32.806
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	40.730	638	470.134	517.844
Operações compromissadas (b)	22.839	2.226	96.943	25.018
Aplicações automáticas - Compromissadas (c)	118	219	3.048	13.836
	63.708	3.096	605.158	589.504

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de junho de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 32,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 53,4 % em Operações Compromissadas, 4,0% em Letra Financeira (LF), 9,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,7% (100,7% em 31 de dezembro de 2016) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas consolidadas são remuneradas à taxa média ponderada de 82,2% do CDI (89,9% em 31 de dezembro de 2016), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas à curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 29 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

Notas Explicativas

8. Títulos e valores mobiliários - Consolidado

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fundo de investimento (a)	71.459	66.430
Poupança (b)	750	2.689
	72.209	69.119
Circulante	63.147	61.748
Não circulante	9.062	7.371

(a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa de 104,5% do CDI (97,8% em 31 de dezembro de 2016) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. e para Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. apenas operações BNDES.

(b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecoporto Santos e a controlada indireta Concessionaria de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A – Ecopistas celebram com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Os valores são corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação. O saldo da Ecopistas foi liberado em 05/2017, em 30 de junho de 2017 o valor de R\$749, refere-se apenas à Ecoporto.

9. Clientes - Consolidado

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico (a)	116.510	127.792
Receitas acessórias (b)	4.764	3.145
Recebíveis de portos (c)	13.966	21.164
Outras contas a receber	4.248	4.057
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	(1.743)	(1.368)
	137.745	154.790

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

(b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.

(c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.

(d) Refere-se à constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, substancialmente, das operações dos portos, cuja política de crédito da Companhia determina que sejam títulos vencidos há mais de 120 dias.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	123.992	149.784
Vencidos:		
Até 30 dias	12.786	2.389
De 31 a 90 dias	941	1.060
De 90 a 120 dias	26	1.557
Acima de 120 dias	1.743	1.368
	139.488	156.158

Notas Explicativas

Movimentação nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Saldo inicial	1.368	9.799
Operação descontinuada Elog (*)	-	(6.254)
Valores recuperados e baixados no período	(743)	(1.606)
Constituição de PECLD no período	1.118	315
Saldo final	1.743	2.254

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e de suas controladas como ativos e passivos mantidos para venda.

10. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Saldo inicial	2.148	1.949	174.013	211.119
Operação descontinuada Elog (*)	-	-	-	(45.757)
Adições	-	55	4.548	2.948
Baixas	-	-	(1.199)	(1.301)
Atualização monetária	65	110	2.059	8.001
Saldo final	2.213	2.114	179.421	175.010

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e suas controladas como Ativos e passivos mantidos para venda.

Notas Explicativas

11. Investimentos

a) Controladora

	Valores das investidas		Percentual de		Investimento		Equivalência	
	30/06/2017	Resultado do período	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016
Patrimônio líquido			participação direta - %				patrimonial	
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	885.385	309.395	100	100	885.385	878.786	309.395	229.468
EIL 02 S.A.	1	-	100	100	1	1	-	-
EIL 03 S.A.	1	(1)	100	100	1	-	(1)	-
EIL 04 S.A.	1	(1)	100	100	1	-	(1)	-
EIL-01 Participações Ltda.	326	9	100	100	326	317	9	11
Ecoporto Santos S.A.	198.115	(58.438)	100	100	198.115	45.509	(58.438)	(268.555)
Termates - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	12.941	3.286	100	100	12.941	9.655	3.286	3.145
Ecoporto Transportes Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(10.955)
ELG-01 Participações Ltda.	55.664	(1.083)	100	100	55.664	55.447	(1.083)	(855)
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	5.240	154	20	20	1.048	1.017	31	11
Lucros não realizados	-	-	-	-	(1.941)	(7.676)	22	189
					1.151.541	983.056	253.220	(47.541)

Notas Explicativas

	Ecorodovias Infraestrutura			Ecoporto Santos			Termares			Ecorodovias Concessões			Ecovia			Ecosul			Ecovias			Ecocataratas			Ecopistas			Eco101			Ecoponte			ELG01			Anish		
	EIL01	EIL03	EIL04	EIL02	EIL04	EIL02	Santos	Termares	Concessões	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	ELG01	Anish	Eco101	Ecoponte	ELG01	Anish	Eco101	Ecoponte	ELG01	Anish	Eco101	Ecoponte	ELG01	Anish	Eco101	Ecoponte	ELG01	Anish					
ATIVO	1.694.114	328	1	1	1	699.419	40.907	3.114.265	227.392	326.818	1.817.599	445.239	1.444.092	569.247	213.688	55.664	64.320	11.004	569.247	213.688	55.664	64.320	569.247	213.688	55.664	64.320	569.247	213.688	55.664	64.320	11.004	569.247	213.688	55.664	64.320				
ATIVO																																							
CIRCULANTE	145.827	328	1	1	1	19.955	16.124	523.750	35.906	56.312	118.545	82.197	87.474	60.177	33.767	27	385	4	60.177	33.767	27	385	60.177	33.767	27	385	60.177	33.767	27	385	60.177	33.767	27	385					
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.548.287	-	-	-	-	679.464	24.783	2.590.515	191.486	270.506	1.699.054	363.042	1.356.618	509.070	179.921	55.637	63.935	11.000	509.070	179.921	55.637	63.935	11.000	179.921	55.637	63.935	11.000	179.921	55.637	63.935	11.000	179.921	55.637	63.935	11.000				
PASSIVO	1.694.114	328	1	1	1	699.419	40.907	3.114.265	227.392	326.818	1.817.599	445.239	1.444.092	569.247	213.688	55.664	64.320	11.004	569.247	213.688	55.664	64.320	569.247	213.688	55.664	64.320	569.247	213.688	55.664	64.320	11.004	569.247	213.688	55.664	64.320				
PASSIVO																																							
CIRCULANTE	135.599	1	-	-	-	198.605	22.564	603.641	21.488	81.393	99.015	54.844	201.051	94.237	57.025	-	759	-	94.237	57.025	-	759	94.237	57.025	-	759	94.237	57.025	-	759	94.237	57.025	-	759					
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	988.531	-	-	-	-	302.899	5.402	1.625.239	158.135	211.206	1.332.088	255.564	705.095	295.926	25.156	-	8.134	-	295.926	25.156	-	8.134	295.926	25.156	-	8.134	295.926	25.156	-	8.134	295.926	25.156	-	8.134					
PATRIMONIO LÍQUIDO	569.984	327	1	1	1	198.115	12.941	885.385	47.769	34.219	386.496	134.831	537.946	179.084	131.507	55.664	55.427	11.004	179.084	131.507	55.664	55.427	11.004	131.507	55.664	55.427	11.004	131.507	55.664	55.427	11.004	131.507	55.664	55.427	11.004				
RECEITA LÍQUIDA RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	-	-	-	-	-	52.867	69.474	87.118	148.120	161.856	483.419	168.259	205.695	126.800	112.796	-	11	-	126.800	112.796	-	11	126.800	112.796	-	11	126.800	112.796	-	11	126.800	112.796	-	11					
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	-	-	-	-	-	(9.359)	10.566	41.209	95.942	93.031	307.853	82.691	64.885	27.336	37.102	-	11	-	27.336	37.102	-	11	27.336	37.102	-	11	27.336	37.102	-	11	27.336	37.102	-	11					
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	178.120	12	(1)	(1)	(1)	(57.764)	4.982	310.749	78.124	71.358	255.579	55.744	15.018	10.900	30.997	(1.083)	(1.040)	(12)	10.900	30.997	(1.083)	(1.040)	10.900	30.997	(1.083)	(1.040)	10.900	30.997	(1.083)	(1.040)	10.900	30.997	(1.083)	(1.040)					
LUCRO/(PREJUÍZO) DO PERÍODO	178.120	9	(1)	(1)	(1)	(58.438)	3.286	309.395	52.014	47.139	173.270	35.888	11.683	7.177	21.979	(1.083)	(1.040)	(12)	7.177	21.979	(1.083)	(1.040)	7.177	21.979	(1.083)	(1.040)	7.177	21.979	(1.083)	(1.040)	7.177	21.979	(1.083)	(1.040)					
RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(3.909)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-					

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 30 de junho de 2017:

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2016 está apresentada a seguir:

	31/12/2015	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Ativo mantido para venda (*)	Aporte de capital	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/06/2016
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	840.035	(227.040)	-	-	464	229.468	842.927
EIL-01 Participações Ltda.	295	-	-	-	-	11	306
EIL02 S.A.	1	-	-	-	-	-	1
EIL03 S.A.	-	-	-	1	-	-	1
EIL04 S.A.	-	-	-	1	-	-	1
ELG-01 Participações Ltda.	231.772	-	(175.454)	-	-	(855)	55.463
Ecoporto Santos S.A.	154.208	-	-	189.000	196	(268.555)	74.849
Terminais Marítimos Especializados Ltda.	17.409	(5.315)	-	-	-	3.145	15.239
Ecoporto Transporte Ltda.	(1.085)	-	-	8.200	-	(10.955)	(3.840)
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.025	-	-	-	-	11	1.036
Lucros não realizados	(8.055)	-	-	-	-	189	(7.866)
	1.235.605	(232.355)	(175.454)	197.202	660	(47.541)	978.117

(*) Vide nota explicativa nº 5.

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2017 está apresentada a seguir:

	31/12/2016	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aporte de capital	Outros	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/06/2017
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	878.786	(303.059)	-	-	263	309.395	885.385
EIL-01 Participações Ltda.	317	-	-	-	-	9	326
EIL02 S.A.	1	-	-	-	-	-	1
EIL03 S.A.	-	-	1	1	-	(1)	1
EIL04 S.A.	-	-	1	1	-	(1)	1
ELG-01 Participações Ltda.	55.447	-	1.300	-	-	(1.083)	55.664
Ecoporto Santos S.A.	45.509	-	211.000	-	44	(58.438)	198.115
Terminais Marítimos Especializados Ltda.	9.655	-	-	-	-	3.286	12.941
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.017	-	-	-	-	31	1.048
Lucros não realizados	(7.676)	-	-	5.713	-	22	(1.941)
	983.056	(303.059)	212.302	5.715	307	253.220	1.151.541

Notas Explicativas

Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2015	Ativos e passivos mantidos para venda (*)	Impairment (**)	Amortização	30/06/2016
Ágio - Ecosul	5.269	-	-	(257)	5.012
Ágio - Elog	433.540	(395.796)	-	-	37.744
Ágio - Ecoporto	679.718	-	(300.997)	(13.050)	365.671
	1.118.527	(395.796)	(300.997)	(13.307)	408.427

(*) Vide nota explicativa nº 5.

(**) Vide nota explicativa nº 6.

	31/12/2016	Amortização	30/06/2017
Ágio - Ecosul	4.753	(258)	4.495
Ágio - Elog	37.744	-	37.744
Ágio - Ecoporto	357.254	(8.418)	348.836
	399.751	(8.676)	391.075

b) Consolidado

	Valores das investidas		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	30/06/2017	Resultado do período	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016
Patrimônio líquido	5.240	155	20	20	1.048	1.017	31	11
					1.048	1.017	31	11

Consórcio Rota do Horizonte S.A.

Notas Explicativas

12. Imobilizado

a) Controladora

Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual		
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições		Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2015
9,5	1.261	-	(2)	1.259	(1.024)	(60)	(1.084)	175	237
5,6	248	-	-	248	(237)	(7)	(244)	4	11
10,2	549	-	-	549	(417)	(28)	(445)	104	132
4,0	1.956	-	-	1.956	(683)	(39)	(722)	1.234	1.273
-	116	-	-	116	-	-	-	116	116
8,5	3.300	-	-	3.300	(1.465)	(141)	(1.606)	1.694	1.835
	7.430	-	(2)	7.428	(3.826)	(275)	(4.101)	3.327	3.604

Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual	
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições		Saldos em 30/06/2017
6,8	1.317	1	1.318	(1.137)	(45)	(1.182)	136	180
0,8	258	-	258	(247)	(1)	(248)	10	11
2,9	549	-	549	(457)	(8)	(465)	84	92
3,9	1.956	-	1.956	(759)	(38)	(797)	1.159	1.197
-	116	-	116	-	-	-	116	116
8,8	3.485	2	3.487	(1.749)	(155)	(1.904)	1.583	1.736
	7.681	3	7.684	(4.349)	(247)	(4.596)	3.088	3.332

Notas Explicativas

b) Consolidado

Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2015				Custo				Depreciação				Residual					
	Adições	Baixas	Transf.	Ativo para venda (*)	Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Ativo para venda (*)	Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Ativo para venda (*)	Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2015
9,9	273.208	3.597	(19)	(27.190)	249.616	(207.957)	(12.271)	17	2	20.375	(199.834)	(207.957)	(12.271)	17	2	20.375	(199.834)	(207.957)
6,5	359.910	3.548	(2.182)	(61.722)	299.562	(146.689)	(9.705)	2.142	-	33.298	(120.954)	(146.689)	(9.705)	2.142	-	33.298	(120.954)	(146.689)
7,6	35.281	853	(38)	(9.512)	26.234	(17.350)	(976)	22	145	5.323	(12.836)	(17.350)	(976)	22	145	5.323	(12.836)	(17.350)
-	55.258	2	-	(113)	55.147	(36.024)	(832)	-	-	-	-	(36.024)	(832)	-	-	-	-	(36.024)
3,5	156.124	-	-	(109.071)	47.053	(24.181)	-	-	-	16.107	(20.749)	(24.181)	-	-	-	16.107	(20.749)	(24.181)
-	129.255	269	-	(50.564)	105.343	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2,5	249.748	727	-	(50.564)	199.911	(71.513)	(2.462)	-	-	19.617	(54.358)	(71.513)	(2.462)	-	-	19.617	(54.358)	(71.513)
14,5	32.504	234	(233)	-	32.505	(21.197)	(2.348)	233	-	-	(23.312)	(21.197)	(2.348)	233	-	-	(23.312)	(21.197)
10,0	75.249	767	(33)	(45.167)	30.800	(25.773)	(1.523)	-	(26)	21.810	(5.512)	(25.773)	(1.523)	(26)	21.810	(5.512)	(25.773)	(1.523)
5,8	48.102	360	(84)	(17.984)	30.101	(17.666)	(868)	-	-	11.242	(7.292)	(17.666)	(868)	-	11.242	(7.292)	(17.666)	(868)
	1.414.639	10.357	(2.589)	(345.504)	1.076.272	(544.169)	(30.985)	2.414	121	127.772	(444.847)	(544.169)	(30.985)	2.414	121	127.772	(444.847)	(544.169)

Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2016				Custo				Depreciação				Residual					
	Adições	Baixas	Transf.	Ativo para venda (*)	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Ativo para venda (*)	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Ativo para venda (*)	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016
8,6	254.679	3.672	-	19	258.370	(211.495)	(11.083)	-	-	-	(222.578)	(211.495)	(11.083)	-	-	-	(222.578)	(211.495)
5,2	299.894	1.260	(778)	34	300.410	(128.978)	(7.739)	611	-	-	(136.106)	(128.978)	(7.739)	611	-	-	(136.106)	(128.978)
7,1	26.640	313	-	5	26.958	(13.805)	(954)	-	-	-	(14.759)	(13.805)	(954)	-	-	-	(14.759)	(13.805)
-	55.150	3	-	-	55.153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3,6	47.153	539	-	(35.673)	47.692	(21.619)	(853)	-	-	-	(22.472)	(21.619)	(853)	-	-	-	(22.472)	(21.619)
-	105.907	97	-	18.290	70.331	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2,6	200.509	44	-	-	218.843	(56.792)	(2.830)	-	-	-	(59.622)	(56.792)	(2.830)	-	-	-	(59.622)	(56.792)
6,8	33.406	179	-	-	33.585	(24.403)	(1.143)	-	-	-	(25.546)	(24.403)	(1.143)	-	-	-	(25.546)	(24.403)
10,6	34.737	1.452	-	(34)	36.155	(7.195)	(1.869)	-	-	4	(9.060)	(7.195)	(1.869)	-	4	(9.060)	(7.195)	(1.869)
6,7	31.029	600	(277)	-	31.352	(8.054)	(1.036)	36	83	83	(8.971)	(8.054)	(1.036)	36	83	(8.971)	(8.054)	(1.036)
	1.089.104	8.159	(1.055)	(17.359)	1.078.849	(472.341)	(27.507)	647	87	(499.114)	(579.735)	(472.341)	(27.507)	647	87	(499.114)	(579.735)	(27.507)

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como Ativos e passivos mantidos para Venda e Operação Descontinuada. O imobilizado líquido no montante de R\$66.985, refere-se aos imobilizados consolidados da Elog S.A. em 01 de janeiro de 2016, excluindo os imobilizados das empresas ELG-01 Participações Ltda, Amish Empreendimentos Imobiliários Ltda e Paquetá Participações Ltda que não serão descontinuadas e em AGE de 29 de setembro de 2016, que aprovou laudo de cisão, esses ativos foram transferidos para a Companhia.

Em 30 de junho de 2017, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 15). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 16) não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Notas Explicativas

13. Intangível

a) Controladora

Taxas médias de amortização - %	Custo		Amortização		Residual	
	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 30/06/2016	Saldos em 30/06/2016	31/12/2015
14,4	946	946	(458)	(526)	420	488
	Adições	Adições	Adições	Adições		
	-	-	(68)	(68)	420	488
	946	946	(458)	(526)		
	-	-	(68)	(68)		

Taxas médias de amortização - %	Custo		Amortização		Residual	
	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 30/06/2017	30/06/2017	31/12/2016
16,4	1.049	1.049	(593)	(679)	370	456
	Adições	Adições	Adições	Adições		
	1.049	1.049	(593)	(679)	370	456
	-	-	(86)	(86)		
	-	-	(593)	(679)		

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Custo				Amortização				Residual					
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2015	Adições (i)	Baixas Transferência (ii)	Impairment CPCO1 (iv)	Ativos para venda (iii)	Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Ativos para venda (iv)	Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2015
Contratos de concessão	(ii)	6.312.645	83.160	(365)	(300.997)	(204.758)	5.889.549	(1.892.428)	(136.793)	-	17	64.989	(1.964.245)	4.420.217
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	-	8.561	(3.290)	(256)	-	-	-	(3.548)	5.271
Softwares de terceiros	13,9	137.394	5.265	-	-	(40.599)	102.389	(84.259)	(6.943)	-	(138)	26.170	(65.170)	53.135
Intangível em andamento	-	22.413	90.919	(120)	-	-	113.650	-	-	-	-	-	-	22.413
Ágio Elog	-	463.712	-	-	-	(425.968)	37.744	332	-	-	-	(332)	-	464.044
Outros	-	1.404	-	-	-	(1.002)	402	(85)	-	-	-	50	(35)	1.319
		6.946.129	179.344	(485)	(300.997)	(672.327)	6.152.295	(1.979.730)	(143.994)	-	(121)	90.847	(2.032.998)	4.119.297
														4.966.399

	Custo				Amortização				Residual				
	Taxas médias de amortização %	Saldos em 31/12/2016	Adições (i)	Baixas	Outro	Transf	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016
Contratos de concessão	(ii)	6.087.640	91.087	(849)	5.714	69	6.183.661	(2.092.713)	(168.214)	7	(87)	(2.261.007)	3.994.927
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	-	8.561	(3.802)	(128)	-	-	(3.930)	4.759
Softwares de terceiros	16,1	109.767	4.057	(54)	-	17.364	131.134	(72.437)	(9.010)	1	-	(81.446)	37.330
Intangível em andamento (v)	-	201.153	148.759	(412)	-	(74)	349.426	-	-	-	-	-	201.153
Ágio Elog (iii)	-	37.744	-	-	-	-	37.744	-	-	-	-	-	37.744
Outros	-	402	-	-	-	-	402	(35)	-	-	-	(35)	367
		6.445.267	243.903	(1.315)	5.714	17.359	6.710.928	(2.168.987)	(177.352)	8	(87)	(2.346.418)	4.364.510
													4.276.280

No período findo em 30 de junho de 2017, foram capitalizados R\$7.670 referentes a encargos financeiros (R\$554 em 30 de junho de 2016). A taxa média de capitalização para o semestre findo em 30 de junho de 2017 foi de 9,47% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 3,14% a.a. para o semestre findo em 30 de junho de 2016.

- (i) Os principais valores concentram-se nas controladas indiretas: na Eco101 no valor de R\$46.364 na duplicação de segmentos e interseções, implantações de cercas, terraplanos e sistemas de drenagem; na Ecofonte no valor de R\$46.960 nas ampliações de praças de pedágio, grades, lamelas, reparos, revestimentos e obras no Mergulhão de Niterói, Ecovias no valor de R\$22.503, na adequação da 3ª faixa da SP055, e na Ecopistas R\$78.701, sendo a principal obra o prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto Lote I e II e na Ecocatarras no valor de R\$16.636 refere-se a duplicação da BR277 e execução de obras de terraplanagem e pavimentação.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 30 de junho de 2017 foram 5,48% a.a. (4,45% a.a. em 30 de junho de 2016).
- (iii) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5 b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como Ativos e passivos mantidos para venda e Operação Descontinuada. O montante de R\$4.913, refere-se aos ativos intangíveis e ágios (goodwill) consolidados da Elog S.A. em 01 de janeiro de 2016, excluindo os ativos intangíveis e ágios (goodwill) das empresas ELG-01 Participações Ltda, Anish Empreendimentos Imobiliários Ltda e Paquetá Participações Ltda. que em deliberação da Administração transferiu o controle acionário para a Companhia em 29 de setembro de 2016.
- (iv) Vide nota explicativa 6.
- (v) Os principais valores do intangível em andamento concentram-se nas controladas indiretas: Ecovia na duplicação e recuperação da rodovia PR407; na Ecosul na construção da base operacional BR116 e BR392; na Ecovias na manutenção e implantação de dispositivo e restauração do pavimento; Ecocatarras na duplicação da BR277; na Ecopistas no prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto Lote I e II; na Eco101 na restauração do pavimento, sistema de drenagem, implantação de passarela, entre outros e na Ecofonte nas obras no Mergulhão de Niterói e baias operacionais.

Notas Explicativas

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos – Consolidado

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o período:

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	30/06/2017	30/06/2017
Realização do ágio na incorporação	215.424	-	(4.791)	210.633	(4.791)
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	44.056	4.448	(4.827)	43.677	(379)
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	51.663	634	(2.495)	49.802	(1.861)
Provisão para manutenção	95.177	10.395	(6.711)	98.861	3.684
AVP ônus Concessão	3.325	-	(860)	2.465	(860)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	110	304	(104)	310	200
Provisão para férias diretoria	3.449	970	(100)	4.319	870
Efeito Lei 12.973/14 - extinção RTT	(51.771)	-	1.671	(50.100)	1.671
Depreciação societária	(9.808)	(68)	238	(9.638)	170
Juros capitalizados	(2.977)	(2.478)	75	(5.380)	(2.403)
IR e CS diferido - ativo/(passivo) (ii)	348.648	14.205	(17.904)	344.949	(3.699)

(i) Refere-se ao prejuízo fiscal das controladas indiretas: ECO101 e Ecopistas.

(ii) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$364.613 no ativo não circulante e R\$19.664 no passivo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
2017	17.474	33.895
2018	33.477	33.093
2019	31.330	25.650
2020	26.941	25.650
Após 2021	235.727	230.360
	344.949	348.648

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais e ágios sobre incorporações das investidas sejam realizado sem até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

Notas Explicativas

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	178.120	(431.433)	358.145	(66.173)
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(60.561)	146.687	(121.769)	22.499
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	86.095	(16.385)	11	4
Despesas indedutíveis	(27)	(9)	(149)	(223)
Amortização de ágio	(2.950)	-	11.446	(7.909)
Incentivos fiscais (PAT)	-	(4.524)	392	535
Créditos tributários não constituídos	(21.682)	(21.426)	(59.982)	(21.426)
Gratificações diretores	(1.258)	(2.004)	(2.811)	(3.212)
Outros	383	295	565	(244)
Subtotal	-	102.634	(172.297)	(9.976)
Baixa crédito tributário - Ecoporto (*)	-	-	-	(244.010)
Impairment Ecoporto (CPC01) - não constituído	-	(102.339)	-	(102.339)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	295	(172.297)	(356.325)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(168.598)	(130.478)
Impostos diferidos	-	295	(3.699)	(225.847)
Taxa efetiva	-	-	48,1%	-15,1%

(*) Vide nota explicativa nº 6.b.

15. Empréstimos e financiamentos - Consolidado

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa média de juros	30/06/2017	31/12/2016
Em moeda nacional:					
Nota promissória (j)	Ecocataratas	05/2017	CDI + 2,65% a.a.	-	213.631
Finame (i)	Ecosul	11/2020	6% a.a.	173	198
Finame (b)	Ecocataratas	05/2017	TJLP + 3,21% a.a.	-	89
Finame (b)	Ecocataratas	04/2017	TJLP + 2,99% a.a.	-	63
Finame (e)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	234	256
Finame (b)	Ecocataratas	06/2018	3% a.a.	55	82
Finem (f)	Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,1% a.a.	7.235	10.509
Finame (h)	Ecocataratas	07/2020	6% a.a.	594	694
Finem (a)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	34.122	33.497
Finem (a)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45% a.a.	137.048	148.819
Finame (d)	Ecoporto Santos	06/2017	7,7% a.a.	-	871
Finame (g)	Ecoporto Santos	10/2020	6% a.a.	5.611	6.509
Finem (c)	ECO101	07/2017	UMSELIC+4,87% a.a.	58.527	55.402
Finem (m)	ECO101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	182.107	185.271
Finem (m)	ECO101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	76.647	66.020
Financiamento (l)	ECO101	12/2019	21,27% a.a.	243	278
Em moeda estrangeira:					
Finimp (d)	Ecoporto Santos	05/2017	Libor 6M+5,2% a.a.	-	46
Finimp (d)	Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M+2%a.a.	95.300	101.270
				597.896	823.505
Circulante				212.755	339.302
Não circulante				385.141	484.203

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	34.841	66.199
2019	65.022	63.970
2020	65.664	64.555
2021	55.241	54.135
Posteriores a 2021	<u>245.250</u>	<u>235.344</u>
	<u>466.018</u>	<u>484.203</u>

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Saldo inicial	823.505	986.707
Ativos e passivos mantidos para venda (*)	-	(3.637)
Adições	10.348	253.056
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	42.940	25.760
Pagamento principal	(213.421)	(277.588)
Pagamento de juros	(65.476)	(23.467)
Saldo final	<u>597.896</u>	<u>960.831</u>

(*) vide Nota Explicativa nº 5.b.

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2017.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecocataratas	Banco do Brasil/ Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	ECO101	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, baseado nas demonstrações da emissora, (ii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos, com base nas informações consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura. O não cumprimento dos referidos índices não configura vencimento antecipado da dívida.	Aval EcoRodovias Infraestrutura.
(d)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	(**)	Alienação do bem.
(e)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(f)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(g)	Ecoporto Santos	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(h)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(i)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(j)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.
(l)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.
(m)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.

Notas Explicativas

O resumo dos índices financeiros em 30 de junho de 2017 está demonstrado a seguir:

Índices financeiros Ecopistas (a)	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	37,25%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,68
(iii) Dívida Líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,25
Índices financeiros ECO101 (c)	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida Líquida/EBITDA	≤ 3	2,64
(ii) PL/passivo total	> 20%	28,72%
Índices financeiros Ecoporto (d)	Exigido	Medido (*)
(i) Patrimônio líquido tangível (Ecoporto)	> 20.000	175.997
(ii) PL/ativo total (controladora)	> 20%	10% (**)

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

(**) Devido ao não cumprimento dos covenants em 30 de junho de 2017, a Companhia reclassificou a dívida no montante de R\$80.877 do passivo não circulante para o circulante.

Os subcréditos e liberações efetuadas na controlada indireta Eco101 são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	8.136	150 parcelas
B1	66.237	66.237	-	150 parcelas
B2	52.483	10.348	-	150 parcelas
B3	117.799	-	-	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	882.144	265.058	8.316	
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
C	50.878	-	50.878	única
Total	50.878	-	50.878	

Notas Explicativas

Os subcréditos e liberações efetuadas na controlada indireta Ecopistas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	57.432	114 mensais
b	85.528	85.528	41.743	114 mensais
c	-	-	-	0
d	27.999	27.999	10.315	114 mensais
e	21.769	21.769	2.721	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	1.781	114 mensais
k	29.846	22.438	3.542	114 mensais
l	9.169	9.169	917	10 anuais
Total	355.396	277.384	118.451	

A Companhia possui um plano econômico para quitação das dívidas de curto prazo através da captação de novas debêntures e a utilização de recursos próprios para pagamento de parcelas de amortização que vencem em 2017. A Administração está confiante que seu plano econômico será implementado no exercício de 2017 e entende que não haverá quebra ou default dos contratos vigentes.

16. Debêntures - Consolidado

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora	Consolidado	
			30/06/2017	30/06/2017	31/12/2016
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	04/2024	IPCA+3,8% a.a./IPCA+4,28% a.a.	-	1.156.168	1.158.134
1ª Emissão - Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	466.666	476.838
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% CDI	-	145.011	161.998
1ª Emissão - Ecocataratas	05/2019	106,5% CDI	-	187.058	-
1ª Emissão - Ecosul	05/2020	107,0% CDI	-	150.091	167.661
2ª Emissão - Ecosul	06/2018	107,5% do CDI a.a.	-	50.104	-
3ª Emissão - Ecosul	06/2020	107,0% do CDI a.a.	-	50.337	-
1ª Emissão - Eco101	12/2018	CDI + 1,80% a.a.	-	24.874	-
1ª Emissão - Ecoporto Santos	06/2019	CDI + 1,85% a.a.	-	240.266	389.423
2ª Emissão - Ecorodovias Infraestrutura	06/2020	105,5% CDI a.a.	80.592	-	-
3ª Emissão - Ecorodovias Concessões	02/2018	114% do CDI a.a.	-	217.800	218.554
5ª Emissão - Ecorodovias Concessões	12/20218	109,0% do CDI a.a.	-	100.140	-
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões	10/2018	CDI+0,79% a.a.	-	162.763	163.239
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões	10/2022	IPCA+5,0% a.a./IPCA+5,35% a.a.	-	789.805	755.359
1ª Emissão - Ecorodovias Concessões	04/2020	CDI+1,18% a.a./CDI+1,42% a.a.	-	612.243	615.422
			80.592	4.353.326	4.106.628
Circulante			-	822.418	680.535
Não circulante			80.592	3.530.908	3.426.093

Notas Explicativas

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Saldo inicial	-	615.113	4.106.628	4.293.504
Ativos e passivos mantidos para venda (*)	-	-	-	(345.768)
Adições	79.975	-	409.143	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 28)	617	45.060	223.092	298.792
Pagamento principal	-	-	(132.160)	(99.257)
Pagamento de juros	-	(44.871)	(253.377)	(258.541)
Saldo final	80.592	615.302	4.353.326	3.888.730

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, a Companhia classificou a como Ativos e passivos mantidos para venda. O montante de R\$345.768 refere-se ao saldo de debêntures em 01 de janeiro de 2016 dos ativos e passivos mantidos para venda.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acréscimos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28%aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

Os índices financeiros exigidos na escritura são: (i) Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses inferior a 3,5x e (ii) EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses / Despesa Financeira Líquida Superior a 2,0x, calculados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da emissora. Os índices medidos em 30 de junho de 2017 são (i) 1,50x e (ii) 11,92x (Índice não revisado pelos auditores independentes).

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acréscimos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil milhões, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil milhões, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil milhões, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil milhões, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

Notas Explicativas

Os índices financeiros exigidos na escritura são: (i) Patrimônio Líquido / Passivo Total superior à 20%, (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20x e (iii) Dívida Líquida/EBTIDA ajustado dos últimos 12 meses inferior a 4,00x. Os índices devem ser calculados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras emissora. Os índices medidos em 30 de junho de 2017 são (i) 37,25%, (ii) 1,63x e (iii) 3,60x (Índice não revisado pelos auditores independentes).

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/17 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/19 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

O índice financeiro exigido na escritura é: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses igual ou inferior a 3,5x, calculado trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras da Emissora. O índice medido em 30 de junho de 2017 é 0,64x (Índice não revisado pelos auditores independentes).

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI over -quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/17 115,0% do CDI over, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/20 107% do CDI over, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

O índice financeiro exigido na escritura é: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses igual ou inferior a 3,5x, calculado trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras da Emissora. O índice medido em 30 de junho de 2017 é 1,18x (Índice não revisado pelos auditores independentes).

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 107,5% do CDI over, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 de dos meses junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

O índice financeiro exigido na escritura é: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses inferior a 3,0x, calculado trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras da Emissora. O índice medido em 30 de junho de 2017 é 1,18x (Índice não revisado pelos auditores independentes).

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

3ª Emissão

Notas Explicativas

Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 107% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020.

O índice financeiro exigido na escritura é: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses igual ou inferior a 3,5x, calculado anualmente com base nas Demonstrações Financeiras da Emissora. O índice medido em 30 de junho de 2017 é 1,18x (Índice não revisado pelos auditores independentes).

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 106,50% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

O índice financeiro exigido na escritura é: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses igual ou inferior a 3,5x, calculado anualmente com base nas Demonstrações Financeiras da Emissora. O índice medido em 30 de junho de 2017 é 0,60x (Índice não revisado pelos auditores independentes).

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,80% aa, pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

1ª Emissão

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600 milhões.

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora ("cessão"). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

- (i) 1ª série R\$232 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,18% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;
- (ii) 2ª série R\$368 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,42% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

Notas Explicativas

O índice financeiro exigido na escritura é: (i) Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses igual ou inferior a 3,75x.

Os índices medidos em 30 de junho de 2017 são (i) 2,57x e (Índice não revisado pelos auditores independentes). A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800 milhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$240 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 0,79% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;
- (ii) 2ª série R\$160 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

Os índices financeiros exigidos na escritura são: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses inferior a 3,5x e (ii) EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses / Despesas Financeiras Líquidas superior a 2,0x, calculado trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras da Emissora. Os índices medidos em 30 de junho de 2017 são (i) 2,57x e (ii) 4,98x (Índice não revisado pelos auditores independentes).

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 114,0% do CDI over, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

Os índices financeiros exigidos na escritura são: (i) Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses igual ou inferior a 3,75x (ii) EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses / Despesa financeira líquida superior a 2,0x, calculado trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras da Emissora. Os índices medidos em 30 de junho de 2017 são (i) 2,40x e (ii) 5,31x (Índice não revisado pelos auditores independentes).

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025.

Notas Explicativas

Os índices financeiros exigidos na escritura são: (i) Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses igual ou inferior a 3,75x (ii) EBITDA / Despesa financeira líquida igual ou superior a 2,5x. Os índices medidos em 30 de junho de 2017 são (i) 2,88x e (ii) 9,90x (Índice não revisado pelos auditores independentes).

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 109,0% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

Os índices financeiros exigidos na escritura são: (i) Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses igual ou inferior a 3,5x (ii) EBITDA ajustado dos últimos 12 meses / Despesa financeira líquida igual ou superior a 2,0x. Os índices medidos em 30 de junho de 2017 são (i) 2,88x e (ii) 9,90x (Índice não revisado pelos auditores independentes).

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 105,50% do CDI over. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Ecoporto Santos S.A.

Em 15 de junho de 2012, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$600 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescidos de 1,85% aa, pagos anualmente sempre no dia 15 dos meses de junho dos anos 2013 a 2019. A amortização do principal será paga em 6 parcelas anuais sempre no dia 15 de junho dos anos 2014 a 2019.

Os índices financeiros exigidos na escritura, não serão aplicáveis enquanto perdurar a fiança da garantidora. Os índices são calculados com base nas demonstrações financeiras da Emissora, são:

Ano	Dívida Líquida/ EBITDA (dos últimos 12 meses)	EBITDA (dos últimos 12 meses)/ Despesas Financeiras Líquidas
Até 2015	4,5x	2,0x
2016	4,0x	2,25x
2017	3,5x	2,50x
2018	3,0x	3,0x

Os índices medidos em 30 de junho de 2017 são (i) 10,75x e (ii) -0,44x (Índice não revisado pelos auditores independentes). Esse índice está amparado por carta fiança.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

Notas Explicativas

	Consolidado					
	30/06/2017			31/12/2016		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	343.695	(3.601)	340.094	808.151	(8.570)	799.581
2019	945.116	(6.335)	938.781	611.639	(6.223)	605.416
2020	787.398	(4.994)	782.404	582.307	(4.981)	577.326
2021	300.271	(4.415)	295.856	295.019	(4.416)	290.603
2022	562.242	(2.573)	559.669	526.741	(2.574)	524.167
Apartir de 2023	615.730	(1.626)	614.104	630.626	(1.626)	629.000
	3.554.452	(23.544)	3.530.908	3.454.483	(28.390)	3.426.093

Notas Explicativas

Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Custos com emissão (*)	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Concessões e Serviços	2º Emissão - 1ª série	15/10/2012	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79% a.a.	11,75%
	2º Emissão - 2ª série	15/10/2012	160.000	(4.156)	155.844	IPCA + 5,0% a.a.	11,44%
	2º Emissão - 3ª série	15/10/2012	400.000	(10.502)	389.498	IPCA + 5,35% a.a.	11,18%
	1º Emissão - 1ª série	24/05/2015	232.000	(1.571)	230.429	CDI + 1,18% a.a.	13,97%
	1º Emissão - 2ª série	24/05/2015	368.000	(2.492)	365.508	CDI+1,42% a.a.	13,53%
	3º Emissão	18/11/2016	215.000	(226)	214.774	114% CDI	12,69%
	4º Emissão	12/04/2017	300.000	-	300.000	105,5% CDI	10,68%
	5º Emissão	22/06/2017	100.000	(111)	99.889	109% CDI	11,02%
Ecovias dos Imigrantes	1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	9,81%
	2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	9,62%
Ecopistas	1ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	14,65%
	2ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	14,80%
	3ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	14,74%
	4ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	14,66%
Ecoporto Santos	1ª Emissão	15/06/2012	600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85% a.a.	12,37%
Ecosul	1ª Emissão	17/11/2014	148.000	(228)	147.772	115% CDI	12,81%
	2ª Emissão	17/01/2017	50.000	(122)	49.878	107,5% CDI	11,32%
	3ª Emissão	02/06/2017	50.000	(55)	49.945	107% CDI	10,80%
Ecovia	1ª Emissão	04/11/2014	143.000	(233)	142.767	106,5% CDI	13,14%
Ecocataratas	1ª Emissão	17/05/2017	185.000	(410)	184.590	106,5% CDI	10,77%
Eco101	1ª Emissão	29/06/2017	25.000	(133)	24.867	CDI + 1,80% a.a.	11,99%
Ecorodovias Infraestrutura	2ª Emissão	02/06/2017	80.000	(26)	79.974	105,5% CDI	10,64%
			4.547.000	(73.757)	4.473.243		

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

17. Arrendamento mercantil financeiro - Consolidado

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	30/06/2017	31/12/2016
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	79	97
Menos de um ano	-	28
	<u>79</u>	<u>125</u>
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	2	2
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>81</u>	<u>127</u>
Circulante	81	99
Não circulante	-	28

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	30/06/2017	30/06/2016
Adição	127	185
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 28)	12	13
Pagamento principal	(46)	(19)
Pagamento de juros	(12)	(10)
Saldo final	<u>81</u>	<u>169</u>

Em março de 2016 a controlada indireta Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul adquiriu um arrendamento mercantil financeiro, com taxa de 25,13% ao ano.

18. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de junho de 2017, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Controladora	Natureza	Ativo			Passivo			Resultado		Juros Cessão de dívida
		Circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Juros de mútuo	Resultado	Juros Cessão de dívida		
Ecoporto Santos S.A. (j)	Controlada direta	32.304	-	-	-	2.047	-	-	-	-
Termarés Term. Mar. Alfandegados Ltda. (m)	Controlada direta	4.277	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controlada direta	3.740	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (k)	Controlada direta	-	20.500	309.295	-	-	20.061	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (o)	Controlada direta	-	101.634	598.178	-	-	-	-	-	38.789
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (a)	Controlada indireta	51	-	-	-	300	-	-	-	-
Total em 30 de junho de 2017		40.372	122.134	907.473	2.347	20.061	38.789			
Total em 31 de dezembro de 2016		38.805	82.440	891.354						
Total em 30 de junho de 2016					2.349	17.016				

Consolidado	Natureza	Ativo			Passivo			Resultado	
		Circulante Clientes	Não circulante Intangível	Circulante	Não circulante	Receita	Despesas	Resultado	Custos e Despesas
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	21.514	797	-	-	-	-	-
A. Madeira Indústria e Comércio Ltda. (l)	Outras partes relacionadas	-	4.913	829	-	-	-	-	-
Contek Engenharia S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	4.204	839	-	-	-	-	-
Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. (n)	Outras partes relacionadas	-	2.954	582	-	-	-	-	-
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	Outras partes relacionadas	-	10.792	1.800	-	-	-	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	2.785	76	-	-	-	-	-
Unimar Transportes Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	-	-	384	-	-	2.874	-	-
CR Almeida S.A. Engenharia de Obras (c)	Outras partes relacionadas	-	67.870	17.755	-	-	-	-	-
Vix Logística S.A (h)	Outras partes relacionadas	-	-	415	-	-	3.077	-	-
Incospal Construções Pré-fabricadas Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	-	-	157	-	-	-	-	-
Total em 30 de junho de 2017		-	115.032	23.634	6.747	-	5.951		
Total em 31 de dezembro de 2016		-	171.157	6.747	-	-	-		
Total em 30 de junho de 2016								3.846	5.779

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo tem vencimento em 30 dias.
- (b) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Controlada Ecosul e presta serviços de usinagem e fornecimento de materiais para obras de tapa-buraco no sistema rodoviário na Ecosul e prestação de serviço de construção civil de pavimentação no polo rodoviário de Pelotas. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$41.139. O prazo para execução desses serviços é março de 2018 e em 30 de junho de 2017 o saldo já foi realizado. Os saldos em aberto a pagar de R\$1.800 (sobre os serviços realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) A CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controlada pela Companhia. O objetivo do contrato é a prestação de serviços de construção de obras civis dos Lotes 02 e 03 do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto na controlada indireta Ecopistas no valor de R\$115.975. Em 30 de junho de 2017 há um saldo em aberto de R\$17.755. O prazo para execução é em março de 2018.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. e Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$313.642, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses foi em dezembro de 2016 e em 30 de junho de 2017, há um saldo de serviços a realizar de R\$159.977. Os saldos em aberto a pagar R\$873 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (e) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário).
- (f) A Contek Engenharia S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Contek e a Eco101 é prestação de serviço de usinagem de material asfáltico para a Eco101 e sua vigência é até junho de 2018, há um saldo a pagar de R\$839.
- (g) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 30 de junho de 2017, já haviam incorridos R\$19.127. Em 30 de junho de 2017, há um saldo em aberto a pagar de R\$384 com vencimento em até 45 dias.
- (h) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 30 de junho de 2017, já haviam incorridos R\$20.723, e há um saldo a pagar de R\$415 com vencimento em até 45 dias.
- (i) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$7.373. O prazo para execução desses serviços foi em julho de 2016, sendo que já foram incorridos. Em 30 de junho o saldo a pagar é de R\$157.
- (j) Refere-se a contrato de mútuo, sendo a mutuária a controlada Ecoporto Santos S.A. O mútuo será corrigido através de juros fixos de 14,14%a.a. com vencimento até 29/10/2017.
- (k) Refere-se ao contrato de Mútuo, sendo a mutuante a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O mútuo classificado em não circulante será corrigido através do percentual de 13,64%a.a. O contrato classificado no circulante será corrigido pela taxa de 100% do CDI.
- (l) O contratada A Madeiras Indústria e Comércio Ltda., É parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objetivo do contrato é a prestação de serviços de duplicação do lote 1 e lote 3 da BR101/ES. O valor desse contrato é de R\$42.745 e sua vigência é até março de 2018, já foram incorridos R\$12.329. Em 30 de junho de 2017 o saldo a pagar é de R\$829.
- (m) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária Termares. O mútuo será corrigido através de juros fixos de 14,14 %a.a. com vencimento até 29 de outubro de 2017.
- (n) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. É parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Araribóia e a Eco101 é a prestação de serviço de duplicação na BR-101/ES. O prazo para execução desses serviços é em junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$49.364, sendo que até 30 de junho de 2017 o montante foi incorrido. O saldo em aberto em 30 de junho de 2017 é R\$582.
- (o) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1ª série CDI+1,18%a.a. com vencimento em 15/04/2018 e a.a. e - 2ª série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15/04/2020.

Notas Explicativas

Saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 30 de junho de 2017 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	30/06/2017	31/12/2016	Vencimento	Taxa
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	128.605	122.037	31/03/2018	100% CDI + 1,20% a.a.
Ecorodovias Concessões	Ecorodovias Infra	309.295	293.176	12/06/2018	13,64% a.a.
Ecorodovias Concessões	Ecorodovias Infra	20.500	19.594	11/11/2017	100% CDI
Ecorodovias Infra	Ecoporto Santos	32.304	30.564	29/10/2017	14,14% a.a.
Ecorodovias Infra	Termares	4.277	4.047	26/10/2017	14,14% a.a.
Termares	Ecoporto Santos	5.436	5.144	29/09/2018	14,13% a.a.
Termares	Ecoporto Santos	-	2.332	07/10/2018	14,13% a.a.
Termares	Ecoporto Santos	1.841	1.742	22/10/2018	14,13% a.a.
		502.258	478.636		

Outros contratos entre as partes relacionadas

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as demais empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$207.336, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 30 de junho de 2017, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2017 em R\$19.176 (R\$28.486 para o exercício de 2016), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

Notas Explicativas

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	2.208
Plano de retenção	2.162
Plano de opção com base em ações	515
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	957
Seguro de vida	4
Assistência saúde	85
Previdência privada	158
INSS (Sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	1.138
	<u>7.227</u>

19. Provisão para manutenção - Consolidado

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 11,52% a 16,28% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adição (custo)</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2016</u>
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº26)	869.823	57.631	-	-	927.454
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº26)	(183.215)	(15.245)	-	-	(198.460)
Realização da manutenção	(562.441)	-	(42.275)	-	(604.716)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº28)	111.276	-	-	13.986	125.262
	235.443	42.386	(42.275)	13.986	249.540
Circulante	55.869				37.413
Não circulante	179.574				212.127

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição (custo)</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2017</u>
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº26)	1.002.111	57.007	-	-	1.059.118
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº26)	(210.773)	(13.854)	-	-	(224.627)
Realização da manutenção	(662.515)	-	(49.703)	-	(712.218)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº28)	139.249	-	-	14.971	154.220
	268.072	43.153	(49.703)	14.971	276.493
Circulante	87.531				58.048
Não circulante	180.541				218.445

Notas Explicativas

20. Provisão para construção de obras futuras - Consolidado

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 11,52% e 25,64% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2016
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(10.728)	(3.941)	-	(14.669)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº28)	8.948	-	1.082	10.030
	94.868	(3.941)	1.082	92.009
Circulante	43.227			44.786
Não circulante	51.641			47.223

	31/12/2016	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2017
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(35.867)	(8.833)	-	(44.700)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº28)	11.111	-	2.414	13.525
	71.892	(8.833)	2.414	65.473
Circulante	38.124			43.884
Não circulante	33.768			21.589

21. Obrigações com Poder Concedente – Consolidado

I) Verbas fixas e variáveis

	30/06/2017	31/12/2016
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	15.484	26.249
Variável - Ecovias (b)	1.196	1.448
Variável - Ecopistas (b)	339	380
Variável - Ecosul (e)	247	196
Taxa de fiscalização - Eco101 (i)	518	496
Taxa de fiscalização -Ecoponte (h)	269	258
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c) (g)	249	248
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	357	355
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f) (g)	294	294
Outras – Ecocataratas – PRE/PRF (k)	2.319	1.522
Outras - Ecoporto - Taxas CODESP (j)	999	995
	22.271	32.441
Circulante	22.271	25.014
Não circulante	-	7.427

- a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2017, restam 10 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 95,83% do total (93,33% em 31 de dezembro de 2016).

- b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 30 de junho de 2017, o valor atualizado mensal é de R\$248 (R\$248 em 31 de dezembro de 2016).
- d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de junho de 2017, a parcela reajustada é de R\$294 (R\$294 em 31 de dezembro de 2016).
- g) As controladas Ecovia e Ecocataratas recolhem atítulo de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- h) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 30 de junho de 2017, o valor atualizado é de R\$269 em 31 de dezembro de 2016).
- i) Taxa de fiscalização da Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.
- j) Referem-se aos pagamentos de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP, da controlada Ecoporto Santos, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.
- k) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.

As controladas indiretas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	-	7.427
	<u>-</u>	<u>7.427</u>

A movimentação das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Saldo inicial	32.441	43.490
Custo (vide Nota Explicativa nº 26)	26.664	26.036
Varição monetária sobre Obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 28)	(1.488)	3.670
Pagamento do principal	(35.346)	(34.788)
Saldo final	<u>22.271</u>	<u>38.408</u>

Notas Explicativas

II) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de Dezembro, por cesta de índices.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de julho, pelo menor dos índices entre IGP-M – Índice Geral de Preços - Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de Janeiro, por cesta de índices.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de Dezembro, por cesta de índices.

Notas Explicativas

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º. de julho, pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 18º. de Maio, pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de Verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;

Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º. de junho, pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos relativos a Concessionária Ponte Rio-Niterói estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

	30/06/2017							
	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Total
Natureza dos custos								
Melhorias na infraestrutura	68.175	242.986	108.046	113.158	64.240	1.680.423	678.464	2.955.492
Conservação especial (manutenção)	47.745	62.820	216.721	238.919	387.487	552.970	444.415	1.951.077
Equipamentos	11.149	33.353	43.411	8.597	222.161	337.280	93.991	749.941
Total	127.069	339.158	368.179	360.674	673.889	2.570.672	1.216.870	5.656.510

Em janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo um indeferimento administrativo sobre desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da controlada indireta Ecopistas por parte da Artesp, cujo valor adicional é de R\$284 milhões, dos quais R\$110 milhões já realizados até 30 de junho de 2017 e R\$174 milhões a serem realizados. A Companhia entende que o valor adicional de R\$284 milhões se caracteriza como objeto de reequilíbrio contratual. O direito ao reequilíbrio contratual é objeto de ação judicial já ajuizada pela controlada indireta Ecopistas.

Notas Explicativas

	31/12/2016							
	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Total
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	74.129	239.332	115.064	129.623	66.274	1.698.843	725.679	3.048.944
Conservação especial (manutenção)	48.232	66.320	228.847	263.317	404.445	546.496	439.444	1.997.101
Equipamentos	11.265	12.816	43.057	8.496	220.238	334.482	93.520	723.874
Total	133.626	318.468	386.968	401.436	690.957	2.579.821	1.258.643	5.769.919

22. Informações sobre o contrato de concessão da Ecovia, Ecocataratas e Ecoporto Santos

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Ecovia

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Administração do Governo do Estado do Paraná, nos anos de 2002 a 2010, buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original da equação econômico-financeira do contrato.

Notas Explicativas

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias deram início a um processo de revisão contratual amigável desde agosto de 2011, o qual se encontra em andamento visando promover o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPAC, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação antecipada do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente, cujo processo administrativo deverá continuar a tramitar nos respectivos órgãos. No que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na legislação e regulamentação setorial (art. 57 da Lei nº 12.815/2013, Decreto 8.033/2013, conforme alterados, Portaria nº 349/2014 da SEP e Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ), sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da regulamentação setorial, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Em março de 2015 o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento aos recursos apelação apresentados pela Companhia. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração pelo próprio TRF. Após, as decisões, se mantidas, serão objeto de recurso aos Tribunais Superiores. Atualmente, os processos estão suspensos. A decisão do TRF não altera a confiança da Administração da Companhia no resultado final das ações, baseada em pareceres de renomados juristas e nos resultados dos processos administrativos sobre o mesmo tema, que suportam a expectativa de êxito nessas demandas judiciais. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

Notas Explicativas

23. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis - Consolidado

A movimentação da provisão no período é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	154.974	40.581	19.506	215.061
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	5.363	3.728	(53)	9.038
Ativos e passivos mantidos para venda (*)	(5.616)	(21.019)	(16.088)	(42.723)
(-) Pagamentos	(414)	(3.647)	(197)	(4.258)
(+) Atualização monetária	4.352	4.256	215	8.823
Saldos em 30 de junho de 2016	158.659	23.899	3.383	185.941
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	146.520	26.624	9.224	182.368
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(6.396)	4.040	(17)	(2.373)
(-) Pagamentos	(1.460)	(2.543)	-	(4.003)
(+) Atualização monetária	3.999	1.486	1.312	6.797
Saldos em 30 de junho de 2017	142.663	29.607	10.519	182.789

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como Ativos e passivos mantidos para venda. O montante de R\$42.723 refere-se aos saldos de provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis baixados em 01 de janeiro de 2016 de operações descontinuadas.

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$424.084 em 30 de junho de 2017 (R\$99.778 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas classificadas como prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- (i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de março de 2017 este valor atualizado é de R\$46.064, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 30 de junho de 2017 o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$46.064 (R\$46.064 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Para tanto, estão pendentes de julgamento recursos e medidas judiciais objetivando conceder à Companhia autorização para retomada da referida cobrança. Em 30 de junho de 2017, o valor contingenciado é de R\$72.025 (R\$72.025 em 31 de dezembro de 2016). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

A principal causa classificada como possível, ou seja sem constituição de provisão é:

- (i) Washington Barbeito de Vasconcellos, Zardust Empreendimentos Marítimos Ltda., Agnes Dagmar Bullentini Barbeito de Vasconcellos e Yuri Bullentini Barbeito de Vasconcellos ("Autores") ajuizaram ação contra a Companhia e suas controladas Ecoporto Transporte Ltda. ("Ecoporto Transporte"), Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") e Termareis Terminais Marítimos Especializados Ltda. ("Termareis"). Também constam como réus da ação Aba Infra-Estrutura e Logística Ltda. ("Aba") e FCA Comércio Exterior e Logística Ltda. ("FCA"). Os autores pleiteiam que os réus sejam condenados a pagar aproximadamente R\$164.670, atualizado em 31 de dezembro de 2015, a título de "prêmio pela venda do controle do COMPLEXO TECNODI", o que supostamente corresponderia a 50% de um sobrepreço que seus antigos sócios ("Aba") e ("FCA") receberam da Companhia pela venda do Ecoporto Santos. Os autores pleiteiam também que os Réus sejam obrigados a liberar parte do preço de venda já pago e retido em conta garantia, no valor atualizado de R\$86.352 em 31 de dezembro de 2015, sob o argumento de que não teria fundamento jurídico para tal retenção, acrescido de multa contratual na ordem de R\$6.045. Em 27 de julho de 2015, a Companhia apresentou contestação em

Notas Explicativas

conjunto com suas controladas. Na sequência, houve apresentação de réplica e trélicas. Não houve conciliação na audiência designada e atualmente aguarda-se a decisão do juiz sobre o prosseguimento do processo. Com base na avaliação dos advogados constituídos para o caso, a Companhia tem confiança de que obterá êxito na ação, a qual tem perda classificada como possível, segundo os critérios contábeis aplicáveis.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2017, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$101.177 (R\$101.328 em 31 de dezembro de 2016), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento à tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento esse processo tem probabilidade de êxito possível.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 30 de junho de 2017, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$155.861 (R\$38.503 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Os principais processos tributários são conforme segue:

Decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 30 de junho de 2017 é de R\$9.045 (R\$9.045 em 31 de dezembro de 2016).

Processo na controlada indireta Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, ainda pendente de julgamento pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. O valor correspondente à discussão, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$110.838, não houve atualização para 30 de junho de 2017.

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2017, o capital social subscrito e integralizado de R\$360.900 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

Em AGE realizada em 12 de setembro de 2016, foi deliberada a absorção do prejuízo acumulado da Companhia, reduzindo o capital social de R\$1.320.549 para R\$360.900.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

Notas Explicativas

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período encerrado em 30 de setembro de 2016, não foram pagos valores a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Em 28 de abril de 2016, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o saldo de dividendos remanescentes de 2015, o qual foi reclassificado para o passivo circulante e será distribuído até 31 de dezembro de 2016, conforme deliberação do conselho de administração.

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreriam sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	<u>1º Programa</u>	<u>2º Programa</u>	<u>3º Programa</u>	<u>4º Programa</u>
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A Companhia mantém em tesouraria 2.232.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de junho de 2017, de R\$10,35. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 30 de junho de 2017, é de R\$23.111.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

f) Participações dos acionistas não controladores

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Saldo inicial	72.583	55.979
Participação nos lucros	7.728	8.640
Aumento de capital	7.560	-
Opções outorgadas reconhecidas	15	25
Pagamento de dividendos a acionista não controlador	(9.249)	(976)
Saldo final	78.637	63.668

Notas Explicativas

25. Receita Líquida - Consolidado

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	249.599	224.599	530.583	481.085
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	300.991	265.186	608.741	541.304
Vale-pedágio	52.847	49.013	100.553	96.531
Outras	377	428	589	613
	603.814	539.226	1.240.466	1.119.533
Receitas de construção	147.663	95.832	234.788	160.436
Receitas portuárias (d)	65.555	71.446	139.208	135.896
Receitas acessórias e <i>intercompany</i> (b) (c)	24.003	20.931	47.397	40.480
	237.221	188.209	421.393	336.812
Receita bruta total	841.035	727.435	1.661.859	1.456.345
Deduções de receita (e)	(67.288)	(62.786)	(138.327)	(128.237)
Receita líquida	773.747	664.649	1.523.532	1.328.108

(a) Referem-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.

(d) Referem-se às receitas do segmento portuário.

(e) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
<u>Base de cálculo de impostos</u>				
Receitas com arrecadação de pedágio	603.814	539.226	1.240.466	1.119.533
Receitas portuárias	65.555	71.446	139.208	135.896
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	24.003	20.930	47.397	40.480
	693.372	631.602	1.427.071	1.295.909
<u>Deduções</u>				
Cofins (i)	(27.448)	(26.135)	(56.486)	(52.991)
PIS (ii)	(5.949)	(5.708)	(12.244)	(11.529)
ISS (iii)	(33.891)	(30.870)	(69.597)	(63.535)
Outros - ICMS	-	(66)	-	(176)
Devoluções e abatimentos	-	(7)	-	(6)
	(67.288)	(62.786)	(138.327)	(128.237)

(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.

(ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.

(iii) Alíquota média de 4,8%.

Notas Explicativas

26. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Seis meses findos em		Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Pessoal	982	5.214	8.049	9.272	82.231	82.742	162.129	164.262
Conservação e manutenção e outros	201	209	201	214	19.888	21.927	39.209	41.189
Serviços de terceiros (*)	685	1.678	2.232	3.860	40.954	36.896	84.951	70.265
Seguros	181	49	241	102	4.339	4.636	8.580	9.807
Depreciações e amortizações	165	168	333	342	103.028	87.500	204.859	174.979
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 21)	-	-	-	-	13.025	12.976	26.664	26.036
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	276	359	465	671	8.122	6.484	16.490	12.541
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	-	-	-	-	22.529	25.129	43.153	42.386
Custo de construção de obras	-	-	-	-	147.663	95.832	234.788	160.436
Outros custos e despesas operacionais	352	313	551	725	13.565	20.167	27.622	39.858
	2.842	7.990	12.072	15.186	455.344	394.289	848.445	741.759
Classificados como:								
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	406.569	340.707	746.956	640.713
Despesas gerais e administrativas	2.842	7.990	12.072	15.186	48.775	53.582	101.489	101.046

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

27. Despesas com vendas – Consolidado

As despesas com vendas referem-se as comissões e agenciamento marítimo da controladas diretas Ecoporto Santos e Termares. No período findo em 30 de junho de 2017 as despesas totalizaram R\$68.760 (R\$51.571 em 30 de junho de 2016).

Notas Explicativas

28. Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Seis meses findos em		Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receitas financeiras:								
Receita de aplicações financeiras	1.309	2.942	1.685	4.379	16.410	27.913	38.822	54.774
Juros sobre mútuos	1.156	1.067	2.318	2.072	-	-	-	-
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	-	-	540	-	1.488	-
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	-	-	3	-	3
Atualização monetária de créditos fiscais	597	1.096	1.431	2.081	1.330	4.827	4.564	12.040
Variação cambial/monetária sobre empréstimos	-	-	-	-	1	25.546	4.893	43.694
Outras	-	1	-	1	156	394	297	770
	3.062	5.106	5.434	8.533	18.437	58.683	50.064	111.281
Despesas financeiras:								
Juros sobre debêntures privada	(618)	-	(618)	-	-	-	-	-
Juros sobre debêntures	-	(22.347)	-	(44.504)	(83.550)	(92.283)	(176.088)	(183.919)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(15.513)	(24.053)	(35.564)	(50.606)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	-	(15.840)	(40.661)	(41.819)	(109.565)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	-	-	-	(1.591)	-	(3.670)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1)	(246)	(1)	(556)	(2.651)	(1.956)	(5.185)	(5.311)
Ajuste a valor presente – provisão para manutenção e construção de obras	-	-	-	-	(8.692)	(7.534)	(17.385)	(15.068)
Variação cambial/monetária sobre financiamentos	-	-	-	-	(6.751)	(18.848)	(12.269)	(18.848)
Juros sobre mútuo	(9.964)	(8.759)	(20.061)	(17.016)	-	-	-	-
Juros cessão de dívida	(17.658)	-	(38.789)	-	-	-	-	-
IOF/IOC sobre financiamentos	-	(1)	-	(1)	(203)	(4.762)	(218)	(4.835)
Encargos sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	(5)	(13)	(12)	(13)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	-	(397)	-	(397)	(3.055)	(7.092)	(5.760)	(10.783)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	-	(281)	-	(483)	-	(3.253)	-	(7.177)
Outras	(396)	(240)	(609)	(250)	(2.017)	(1.921)	(4.311)	(3.213)
	(28.637)	(32.271)	(60.078)	(63.207)	(138.277)	(203.967)	(298.611)	(413.008)
Resultado financeiro	(25.575)	(27.165)	(54.644)	(54.674)	(119.840)	(145.284)	(248.547)	(301.727)

29. Lucro/(Prejuízo) por ação

Controladora e Consolidado	30/06/2017	30/06/2016
Lucro/(Prejuízo) básico por ação	0,31	(2,01)
Lucro/(Prejuízo) diluído por ação	0,31	(1,99)
Lucro/(Prejuízo) básico por ação das operações continuadas	0,32	(0,77)
Lucro/(Prejuízo) diluído por ação das operações continuadas	0,32	(0,77)

a) Lucro/(prejuízo) básico por ação

Controladora e Consolidado	30/06/2017	30/06/2016
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	174.211	(1.120.439)
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	177.954	(431.138)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	558.699	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(2.233)	(2.233)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.466	556.466
Lucro/(Prejuízo) básico por ação - R\$	0,31	(2,01)
Lucro/(Prejuízo) básico por ação de operações continuadas - R\$	0,32	(0,77)

Notas Explicativas

b) Lucro/(prejuízo) diluído por ação

Controladora e Consolidado	30/06/2017	30/06/2016
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	174.211	(1.120.439)
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	177.954	(431.138)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.466	556.466
Ajuste por opções de compra de ações exercíveis	6.987	7.175
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído	563.453	563.641
Lucro/(Prejuízo) diluído por ação - R\$	0,31	(1,99)
Lucro/(Prejuízo) diluído por ação de operações continuadas - R\$	0,32	(0,77)

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que suas controladas possam manter com suas atividades operando normalmente, bem como maximizar o retorno a todas as partes interessadas, ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Dívida (a)	80.592	-	4.973.574	4.962.701
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(63.708)	(3.096)	(677.367)	(658.623)
Dívida líquida	16.884	(3.096)	4.296.207	4.304.078
Patrimônio líquido (b)	569.984	499.964	648.621	572.547
Índice de endividamento líquido	0,03	(0,01)	6,62	7,52

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 15, 16, 17 e 21.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por Operações compromissadas, fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 98,3% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas

Notas Explicativas

Notas Explicativas nºs 15, 16, 17 e 21.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2017 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	35.033	35.033
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	137.745	137.745
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	642.334	642.334
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	59.598	59.598
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	597.896	597.896
Debêntures (c)	Outros passivos financeiros	4.353.326	4.353.326
Arrendamento mercantil financeiro (c)	Outros passivos financeiros	81	81
Obrigações com Poder Concedente (d)	Outros passivos financeiros	22.271	22.271
Phantom Stock Option (e)	Outros passivos financeiros	6.006	6.006

(a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Os empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp é conforme segue:

	30/06/2017	31/12/2016
Ecoporto Santos S.A. - US\$	29.750	32.215

ii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre da possibilidade de sofrerem redução de ganhos ou aumento de perdas por consequência de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

Notas Explicativas

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

a) *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia as concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

Afim de mitigar os riscos de crédito a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$93.505 (R\$110.214 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

b) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures ECOVIA	106,5% CDI	17.523	157.938	-	-
Debêntures ECOSUL	107,0% CDI	18.226	17.870	165.547	-
Debêntures ECOSUL	107,5% CDI	55.263	-	-	-
Debêntures ECOSUL	107,0% CDI	5.808	6.000	56.225	-
Debêntures - EIL	CDI + 0,79% a.a.	9.156	9.444	89.785	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,18% a.a.	257.670	-	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42% a.a.	50.126	221.204	200.857	-
Debêntures - ECS	CDI + 0,79% a.a.	94.615	82.563	-	-
Debêntures - ECS	114,0% CDI a.a.	233.166	-	-	-
Debêntures - ECS	105,5% CDI	39.395	35.950	40.429	560.748
Debêntures - ECS	109,0% CDI	11.241	105.816	-	-
Debêntures - Ecoporto Santos	CDI + 1,85% a.a.	149.407	134.003	-	-
Debêntures - Eco101	CDI + 1,8% a.a.	2.909	26.472	-	-
Debêntures - Cataratas	106,5% a.a.	22.485	204.494	-	-
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45% a.a.	38.576	36.286	33.872	55.087
BNDES - Cataratas	TJLP + 2,10% a.a.	7.000	560	-	-

Notas Explicativas

BNDES – Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	35.149	36.761	36.761	328.378
BNDES – Eco101	UMSELIC+4,87%a.a.	58.401	-	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00% a.a.	18.863	122.651	121.104	-
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	105.023	97.705	115.165	331.327
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	50.448	31.156	32.806	684.754
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	12.278	150.379	150.362	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	47.071	40.836	42.987	1.233.380
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	7.569	7.152	6.754	25.817
Leasing ECOSUL	25,13% a.a.	87	-	-	-
Leasing ECO101	21,27% a.a.	122	122	31	-
Finame ECOSUL	6,00% a.a.	59	56	53	21
Finame - Cataratas	2,50% a.a.	49	48	47	105
Finame - Cataratas	3,00% a.a.	56	-	-	-
Finame - Cataratas	6,00% a.a.	230	218	189	8
Finame - Ecoporto Santos	6,00% a.a.	2.069	1.966	1.832	258
Finimp - Ecoporto Santos	Libor6M + VC + 2,0% a.a.	19.416	18.860	18.294	51.496
Total		1.369.456	1.546.510	1.113.100	3.271.379

Análise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e UMSELIC, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (g)	Baixa do CDI	37.533	28.150	18.767
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(245.508)	(291.355)	(336.996)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(157.663)	(159.164)	(160.668)
Empréstimos e financiamentos (j)	Alta UMSELIC	(232)	(290)	(348)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta do TJLP	(34.543)	(43.178)	(51.814)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da IPCA	(2.651)	(3.314)	(3.976)
Juros sobre obrigações com Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(66)	(83)	(99)
Juros a incorrer, líquidos		(403.130)	(469.234)	(535.134)

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 30 de junho de 2017 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Notas Explicativas

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor, que são seis meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,15%	6,11%	4,08%
IGP-M (b)	4,27%	5,34%	6,41%
IPCA (c)	4,04%	5,05%	6,06%
TJLP (d)	7,00%	8,75%	10,50%
UMSELIC (f)	1,8881	2,3601	2,8322
CDI (g)	8,15%	10,19%	12,23%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

31. Informações por segmento - Consolidado

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“*Chief Operating Decision-Maker - CODM*”).

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. – Ecoponte.

b) “Holding” e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as “Holdings” EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., “holding” do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A. e Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	30/06/2017	31/12/2016
Concessões	87,0%	86,0%
“Holding” e serviços	5,4%	8,5%
Portos	7,6%	5,5%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Notas Explicativas

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumarizada relacionada aos segmentos para 30 de junho de 2017. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como as práticas contábeis aplicadas:

30/06/2017			
Contas	Concessões	Portos	Holding e serviços
Ativo circulante	474.378	36.079	670.322
Ativo não circulante	4.569.696	696.970	4.269.374
Total do ativo	5.044.074	733.049	4.939.696
Passivo circulante	609.052	221.170	740.000
Passivo não circulante	2.983.170	300.823	2.621.902
Patrimônio líquido	1.451.852	211.056	1.577.794
Total do passivo e patrimônio líquido	5.044.074	733.049	4.939.696
Receita líquida	1.406.944	122.317	87.129
Custo dos serviços prestados	(698.104)	(52.350)	(45.909)
Lucro bruto	708.840	69.967	41.220
Despesas com vendas	-	(68.760)	-
Amortização de investimentos	-	-	(10.921)
Outras receitas	(32)	382	284
Receitas (despesas) operacionais	(67.255)	(20.139)	(46.946)
Equivalência patrimonial	-	-	593.590
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	641.553	(18.550)	577.227
Resultado financeiro	(123.833)	(34.232)	(90.482)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	517.720	(52.782)	486.745
Imposto de renda e contribuição social	(168.571)	(2.369)	(1.357)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	349.149	(55.151)	485.388
Resultado das operações continuadas	-	-	-
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(3.909)
Atribuível a:			
Companhia	349.149	(55.151)	-
Outros acionistas	-	-	-

31/12/2016			
Contas	Concessões	Portos	Holding e serviços
Ativo circulante	744.239	44.415	320.877
Ativo não circulante	4.189.789	693.763	3.886.684
Total do ativo	4.934.028	738.178	4.207.561
Passivo circulante	1.093.573	251.156	270.215
Passivo não circulante	2.406.291	431.859	2.541.277
Patrimônio líquido	1.434.164	55.163	1.396.069
Total do passivo e patrimônio líquido	4.934.028	738.178	4.207.561

30/06/2016			
Contas	Concessões	Portos	Holding e serviços
Receita líquida	1.216.630	118.831	91.325
Custo dos serviços prestados	(572.060)	(61.141)	(46.578)
Lucro bruto	644.570	57.690	44.747
Despesas com vendas	-	(51.571)	-
Receitas (despesas) operacionais	(82.405)	(33.059)	(387.501)
Equivalência patrimonial	-	-	204.238
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	562.165	(26.940)	(138.516)
Resultado financeiro	(175.421)	(21.421)	(4.473)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	386.744	(48.361)	(142.989)
Imposto de renda e contribuição social	(126.380)	(228.003)	(1.942)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	260.364	(276.364)	(144.931)

Notas Explicativas

32. Evento subsequente

Em 12 de julho de 2017, a controlada indireta Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, realizou sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em cinco séries, no montante total de R\$300 milhões, para colocação privada, sendo que a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Ecopistas. Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 milhões referentes a primeira série.

Em 27 de julho de 2017, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou por meio da Decisão nº Dir. 357/2017, o financiamento de longo prazo à controlada indireta Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte, no valor total de R\$417 milhões destinados à realização de obras, aquisição de equipamentos e implantação de sistemas e projetos sociais ao custo de TJLP+3,48% a.a. O valor de financiamento está dividido em cinco subcréditos, conforme características abaixo:

Condições	Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C	Subcrédito D	Subcrédito E
Valor	R\$107.466	R\$177.920	R\$118.915	R\$10.625	R\$2.074
Custo Financeiro	TJLP				
Destinação	Obra do Mergulhão e demais obras, excluindo objetos dos subcréditos B e C	Obra de acesso à Linha Vermelha	Obra de ligação com a Av. Brasil (Av. Portuária)	Aquisição de equipamentos e implantação de sistemas	Subcrédito social
Remuneração Total	3,48%a.a.				0%
Remuneração Básica	1,50%a.a.				0%
Remuneração de Risco	1,98%a.a.				0%
Prazo Total	180 meses				
Utilização	24 meses	36 meses	45 meses	24 meses	36 meses
Carência	Até nov/17	Até nov/19	Até nov/20	Até nov/17	Até nov/19
Amortização	176 meses	157 meses	163 meses	176 meses	157 meses
Sistema de amortização	PRICE				

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de julho de 2017.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP249186/O-5